



Ribeira Grande

Plano Estratégico e Operacional de
Desenvolvimento 2014-2020

ESTRATÉGIA TERRITORIAL E OPERACIONAL



Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-02235 | FEVEREIRO 2015

Ribeira Grande

Plano Estratégico e Operacional de
Desenvolvimento 2014-2020

ESTRATÉGIA TERRITORIAL E OPERACIONAL

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-02235

FEVEREIRO 2015

ÍNDICE

1. ESTRATÉGIA TERRITORIAL E OPERACIONAL	9
1.1. Síntese do Diagnóstico	9
1.1.1. O contexto de desenvolvimento dos Açores	9
1.1.2. Os desafios e a visão Açores 2020.....	11
1.1.3. Ribeira Grande e os desafios do futuro	13
1.1.4. Análise SWOT	23
1.2. Visão e Síntese da Estratégia.....	29
1.3. Eixos Estratégicos	33
1.3.1. Eixo 1 – Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar	36
1.3.2. Eixo 2 – Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano	39
1.3.3. Eixo 3 – Assegurar a coesão territorial e social	42
1.3.4. Eixo 4 – Valorizar integradamente o património cultural e natural e as redes de visitação	44
1.3.5. Eixo 5 – Desenvolver localmente o turismo e o lazer	46
1.3.6. Eixo 6 – Promover a sustentabilidade ambiental	48
1.4. Esquema Territorial.....	50
1.5. Projetos Estruturantes	56
1.6. Financiamento comunitário.....	58
1.7. Orientações de governança.....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Indicador do Poder de Compra per capita por município, na RAA, em 2011.	9
Figura 2. Setores Estratégicos para a Especialização inteligente da RAA.	12
Figura 3. Eixos Prioritários do PO dos Açores 2020.....	13
Figura 4. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande.....	14
Figura 5. 'Triângulo urbano' formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa.	15
Figura 6. Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha de São Miguel.	16
Figura 7. Dados gerais para o concelho por setor de atividade: n.º de empresas existentes, volume de negócios das empresas, valor acrescentado bruto (VAB) e população empregada.....	17
Figura 8. Património classificado na cidade e Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande.	21
Figura 9. Níveis de definição estratégica.....	29
Figura 10. Eixos estratégicos de intervenção.....	33
Figura 11. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha).....	51
Figura 12. Esquema Territorial.....	55
Figura 13. Proposta de modelo de organização.....	65

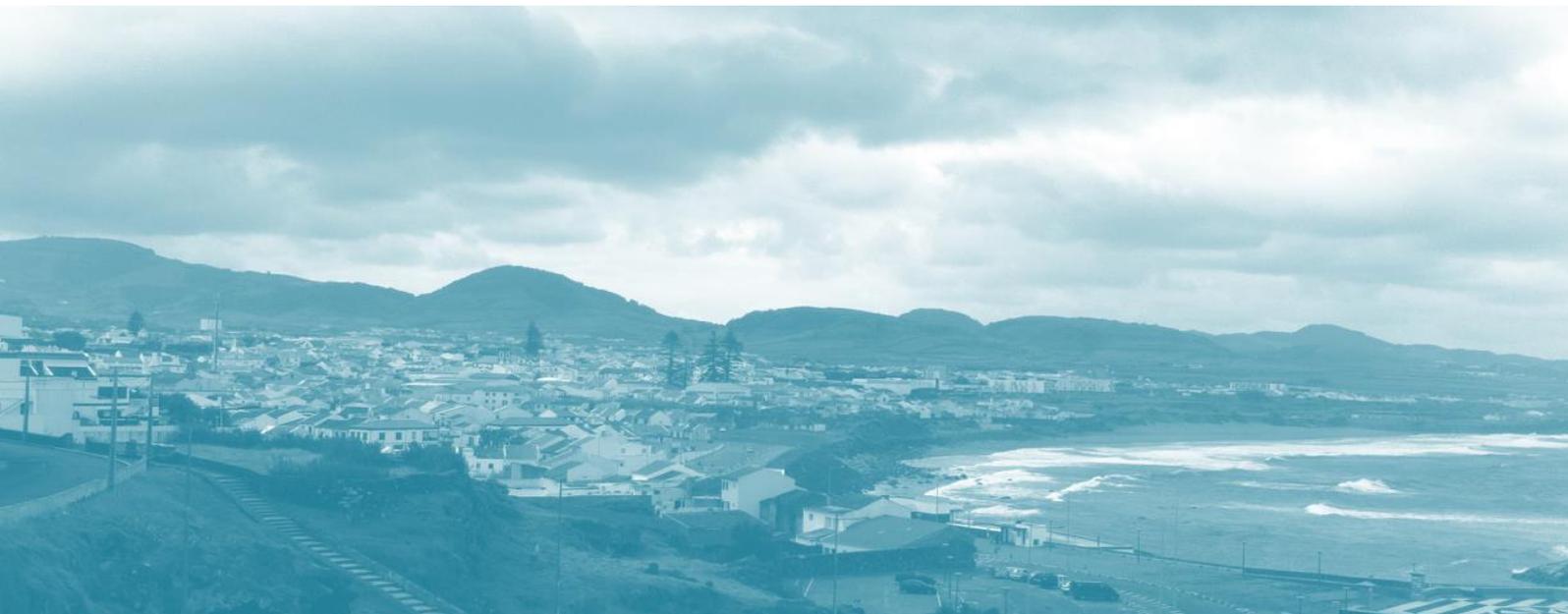
ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise SWOT	24
Tabela 2. Esquematização Síntese da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Objetivos Estratégicos)	32
Tabela 3. Esquematização da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Objetivos Estratégicos).....	35
Tabela 4. Esquematização da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Projetos Estruturantes).....	57
Tabela 5. Enquadramento dos Eixos Estratégicos e dos Projetos Estruturantes do Plano da Ribeira Grande no PO dos Açores.....	61

LISTA DE ACRÓNIMOS

AICOPA	Associação dos industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores
ARU	Área de Reabilitação Urbana
BVRG	Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande
CE	Comissão Europeia
CMRG	Câmara Municipal da Ribeira Grande
COMPETE 2020	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
COS	Carta de Ocupação do Solo
DH	Domínio Hídrico
EE2020	Estratégia Europa 2020
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
INAC	Instituto Nacional da Aviação Civil
INE	Instituto Nacional da Estatística
IPC	Indicador de Poder de Compra
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário
OE	Objetivo Estratégico
OET	Orientações Estratégicas de Base Territorial
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PDM	Plano Diretor Municipal
PE	Projetos Estruturantes
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PO Açores	Programa Operacional para os Açores
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POSEUR 2020	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PP	Plano de Pormenor
PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PUSI	Programa de Urbanismo Sustentável Integrado
QEC	Quadro Estratégico Comum

RAA	Região Autónoma dos Açores
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto



01. ESTRATÉGIA TERRITORIAL E OPERACIONAL

1. Estratégia Territorial e Operacional

1.1. Síntese do Diagnóstico

1.1.1. O contexto de desenvolvimento dos Açores

O arquipélago dos Açores possui, historicamente, um papel geopolítico e geoestratégico muito importante, como centro logístico de transportes e comunicações e como polo de disseminação da presença portuguesa no mundo. Este papel esbateu-se com a globalização e fizeram-se notar, com maior intensidade, os bloqueios ao desenvolvimento decorrentes da situação ultraperiférica da Região Autónoma dos Açores (RAA), que conduziram a um atraso estrutural reconhecido pela União Europeia (anexo ao Tratado de Maastricht, 1992).

Desde 1983, ano em que os Açores ocupavam a última posição no tabuleiro das regiões europeias dos então 15 estados membros (39% da média do PIB per capita), que a Região tem vindo a convergir económica e socialmente. Hoje, os Açores estão classificados como uma Região em transição, ocupando já uma posição intermédia no quadro das 7 regiões portuguesas. As relações com a sua diáspora (particularmente dos Estados Unidos da América e Canadá) e as relações de cooperação territorial e socioeconómica com as regiões do Atlântico Sul e a Região da Macaronésia, em particular, têm igualmente contribuído para o desenvolvimento da Região.

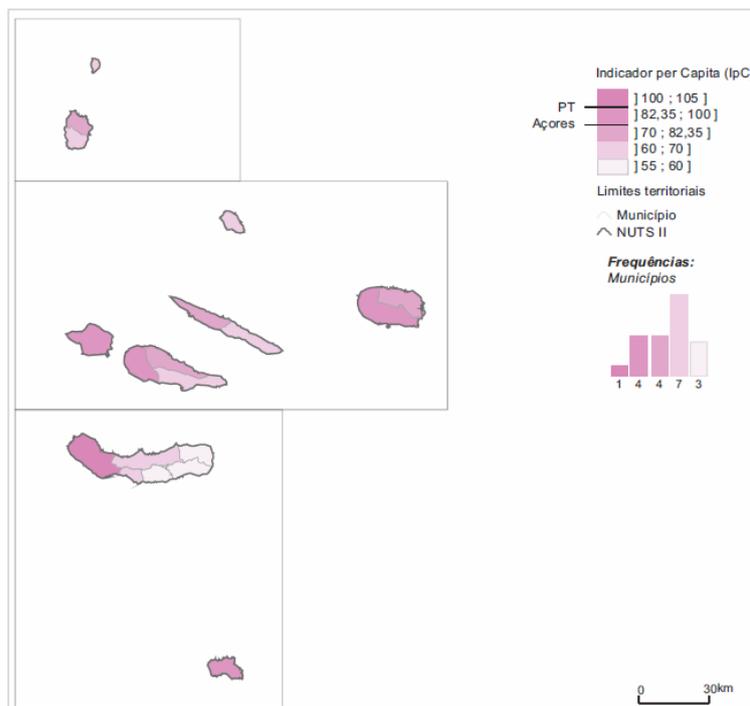


Figura 1. Indicador do Poder de Compra per capita por município, na RAA, em 2011.

Fonte: SPI

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2011 [Edição 2013]

A crise económica e financeira que afetou a economia nacional veio refrear o processo de ajustamento da economia regional, trazendo consigo quebras na produtividade e o aumento do desemprego, este último com grande expressão em 2010 e 2011. Também setores de atividade relevantes para a economia regional, como a construção civil, foram seriamente afetadas por esta crise. Daqui resultaram custos sociais relevantes que levaram tanto o governo regional como as autarquias locais a mobilizar esforços para apoiar os setores da sociedade mais desprotegidos e desfavorecidos. Esta crise também veio demonstrar a resiliência da economia açoriana, expressa na estabilização do valor acrescentado na Região.

A condição e os recursos do arquipélago determinam o perfil da sua economia. A riqueza proporcionada pelo mar e as condições agroecológicas singulares levam a que as fileiras agrícolas e as pescas sejam domínios especializados da economia açoriana. O sector agro-florestal e a indústria transformadora são motores da economia regional. Os Açores possuem excelentes condições para a produção pecuária extensiva, o que levou, nas últimas décadas, ao desenvolvimento das fileiras do leite e da carne, com um crescimento continuado dos níveis de produção e o aumento das quotas de mercado, resultado dos fortes investimentos na modernização e reestruturação da estrutura produtiva (os Açores são responsáveis por cerca de 30% da produção nacional de leite de vaca). A liberalização das quotas leiteiras será um importante desafio. Também as pescas são um setor de especialização tradicional. Com valores médios de descargas em lota da ordem das 13-15 mil toneladas por ano, esta atividade proporciona ocupação a cerca de 3.500 trabalhadores, a que se juntam cerca de um milhar de trabalhadores da indústria de transformação (com destaque para a conserveira) e ligados à comercialização e ao transporte do pescado e produtos transformados. Mas do mar não se extrai só pescado. As águas dos Açores são ricas em habitats e recursos biológicos e minerais que podem ser explorados.

O turismo é um setor emergente com grande potencial de crescimento, uma atividade exportadora capaz de gerar riqueza e emprego e de dinamizar um conjunto de atividades económicas complementares. Os Açores possuem mar e um património natural, paisagístico e cultural único, que constituem a sua marca distintiva no mercado turístico, sendo hoje um destino reconhecido internacionalmente, nomeadamente ao nível do turismo de natureza e cultural, do turismo rural, do turismo náutico e dos cruzeiros, e do surf. Não obstante, ainda existem carências ao nível das infraestruturas e serviços turísticos e sente-se com intensidade os efeitos da sazonalidade. O património natural e cultural é, portanto, o principal recurso turístico que urge valorizar. O aumento progressivo das áreas protegidas e a obtenção de um conjunto de certificações internacionais demonstram o nível de qualidade ambiental e paisagística que os Açores alcançam a nível nacional e internacional.

Não obstante o salto qualitativo no patamar de desenvolvimento que a RAA operou nas últimas décadas (nomeadamente ao nível das acessibilidades e transportes e dotação de infraestruturas, equipamentos e serviços), o quadro demográfico favorável da Região (entre 2001 e 2011 a população cresceu 2%) e o aumento da população com atividade económica na Região (42,0% em 2001, e 46,6% em 2011), ainda subsistem problemas estruturais que

devem ser combatidos, como: (i) as assimetrias dentro da própria Região; (ii) as desigualdades e a pobreza agravadas pela crise (refletida no aumento do número de beneficiários do rendimento social de inserção); (iii) o desemprego (taxa de 17% em 2013); (iv) o poder de compra per capita inferior à média nacional (82,35); (v) os baixos níveis de educação, qualificação e formação da população (área onde tem sido feito um grande investimento) e o abandono escolar precoce; (vi) a fragilidade do tecido empresarial, constituído sobretudo por empresas de pequena e muito pequena dimensão; (vii) e a dinâmica empreendedora reduzida.

1.1.2. Os desafios e a visão Açores 2020

A reorientação da política de coesão da União Europeia no período 2014-2020 apela a uma transformação da economia europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva que fomente a competitividade e produtividade das empresas e contribua para a criação de emprego. A dinamização da economia será fulcral para que se alcance uma maior coesão social e territorial. Neste quadro, a complementaridade da política nacional e regional com a Estratégia Europeia 2020 é fundamental para colmatar as deficiências do nosso modelo económico e social e criar condições para o crescimento, tendo em conta as vicissitudes e exigências de uma economia global à qual os Açores não podem escapar.

É esse o caminho que o Portugal 2020 prossegue, definindo uma visão para o novo período de programação do financiamento comunitário que procura recuperar uma trajetória de crescimento e de emprego para o País, tendo por base quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. A estes juntam-se dois domínios transversais e também fundamentais, que se prendem com a territorialização e gestão integrada das intervenções e a reforma da administração pública.

Como vimos no ponto anterior, a RAA, não obstante o esforço notável que tem vindo a encetar nas últimas décadas, ainda se debate com problemas estruturais, muitos deles decorrentes das desvantagens imputadas pela sua posição ultraperiférica, que constituem fonte de constrangimento no processo de desenvolvimento regional.

O novo ciclo de desenvolvimento dos Açores, perspectivado para 2020, deve apoiar-se no desenvolvimento económico e na valorização dos fatores diferenciadores da Região, como o mar, o património cultural, natural e paisagístico único, os recursos energéticos endógenos (como a energia geotérmica), os produtos locais de grande qualidade. Deve também apostar numa maior conectividade e coesão territorial, no aumento das qualificações da população, no incentivo ao empreendedorismo, no aumento das economias de escala e num maior investimento ao nível da investigação científica e inovação ligada aos setores de especialização da economia açoriana, quadro no qual a Universidade dos Açores tem vindo já a desempenhar um papel muito relevante.

A Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da RAA, lançada em 2014, vai ao encontro daquilo que anteriormente foi dito. Considerando os ativos existentes, as prioridades políticas regionais, e o potencial de desenvolvimento económico e de geração de emprego na RAA, esta estratégia identifica os setores estratégicos (Figura 2) e as prioridades e projetos-piloto que poderão alavancar o desenvolvimento da região.

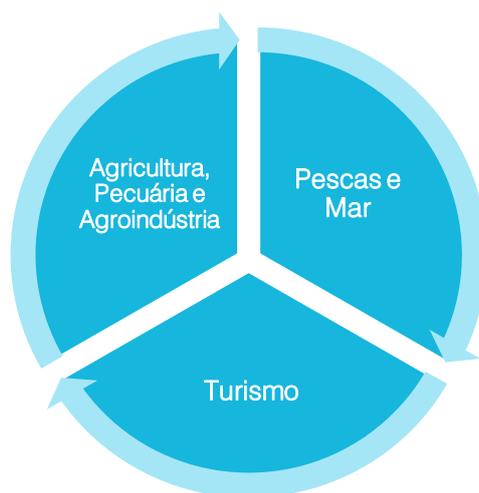


Figura 2. Setores Estratégicos para a Especialização inteligente da RAA.

Fonte: SPI

Dados: PO dos Açores 2020

É este o contexto de desenvolvimento territorial e socioeconómico e são estes os pilares de especialização económica em que assenta a Visão, que orientará a estratégia de desenvolvimento regional para 2014-2020, como estabelece o PO dos Açores.

A Visão para a Região, com o horizonte de 2020, alinhada com a Estratégia Europa 2020 e com o Portugal 2020, será operacionalizada por via de quatro grandes linhas de orientação estratégica, cada uma delas com objetivos estratégicos específicos de intervenção:

- Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada.
- Fortalecimento da conectividade, mobilidade e logística para a competitividade.
- Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização.
- Promoção de um território, de uma paisagem e de uma vivência distintas.

Com esta Visão, pretende-se afirmar os Açores, até 2020, “como uma região europeia relevante, que, pelo seu posicionamento geográfico e pelo seu contributo para a Estratégia da União Europeia para a Área do Atlântico, terá um papel central no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo Atlântico Norte”.

Para tal, são estabelecidas 12 Eixos Prioritários (Figura 3).

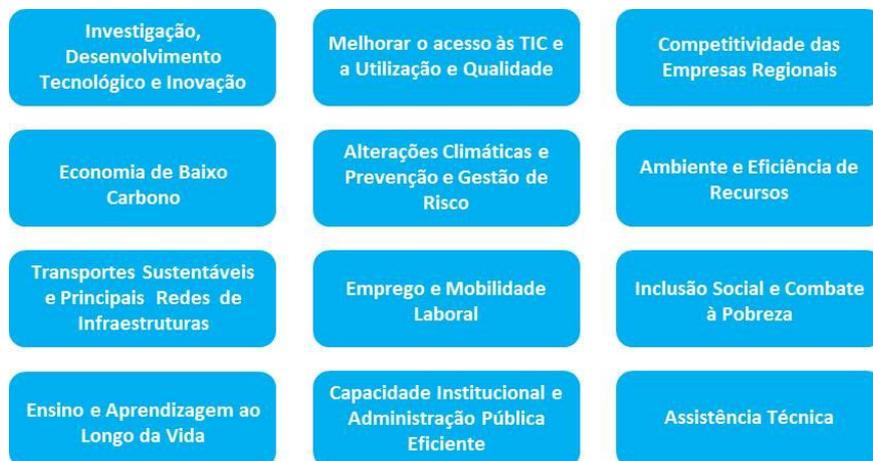


Figura 3. Eixos Prioritários do PO dos Açores 2020.

Fonte: SPI

Dados: PO dos Açores 2020

1.1.3. Ribeira Grande e os desafios do futuro

Um território diversificado, com identidade própria e uma posição central

Localizado na Ilha de São Miguel, o concelho de Ribeira Grande é o terceiro mais populoso de todo o arquipélago (apenas superado por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), contando com mais de 32 500 habitantes. É o segundo maior em superfície na Ilha de São Miguel, ocupando uma superfície total de aproximadamente 180 km², só suplantado pelo concelho de Ponta Delgada, com uma superfície de cerca de 233 km².

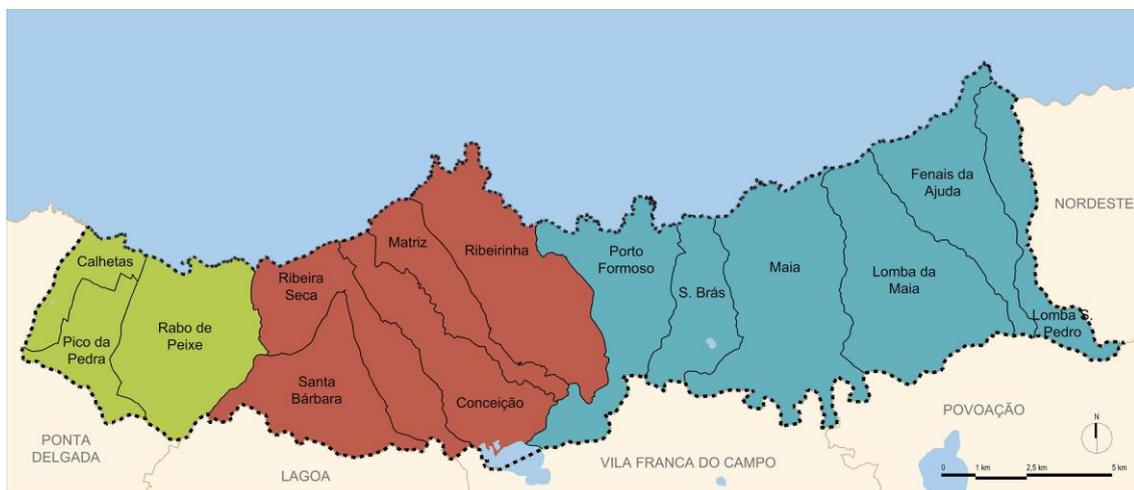
Contrariando a tendência dos demais núcleos desenvolvidos da RAA, que se instalam nas costas meridionais, Ribeira Grande desenvolve-se na vertente norte da Ilha de São Miguel, ligando-se aos restantes concelhos através de uma rede de acessibilidades viárias renovada e estruturante, com destaque para o Eixo Nascente que liga a Ribeira Grande ao Nordeste, e para o Eixo Norte-Sul que liga diretamente a Ribeira Grande ao concelho e cidade da Lagoa e ao concelho e cidade de Ponta Delgada.

Os investimentos na rede rodoviária sem custos para o utilizador (SCUT), realizados recentemente, reforçaram o seu papel estratégico e central, conferindo à Ribeira Grande uma acessibilidade privilegiada, que hoje lhe permite uma articulação muito eficiente com os concelhos vizinhos e os principais centros urbanos da Ilha de São Miguel. A cidade da Ribeira Grande, sede do concelho, dista cerca de 22,7 km de Ponta Delgada e cerca de 14 km de Lagoa, com tempos aproximados de deslocação, através destas novas vias, de 25 e 17 minutos, respetivamente

A localização da Ribeira Grande é de tal forma central e importante no contexto da ilha de São Miguel, que este é o único concelho que tem uma ligação territorial com os demais existentes na ilha, sendo, portanto, um território charneira nas ligações físicas e funcionais de toda a ilha. Esta sua localização geoestratégica permite que o concelho seja hoje um território chave de distribuição e de mobilidade de pessoas, bens e serviços, usualmente denominado como a 'capital norte' da ilha de São Miguel.

Todavia, enquanto as acessibilidades reforçam o papel dos principais polos urbanos e industriais do concelho, também expõe outras localidades a um maior isolamento e esvaziamento. Como referem os Estudos de Revisão do PDM, “ao reforço da centralidade dos centros urbanos do concelho com maior pujança, contrapõe-se simultaneamente uma maior excentricidade das localidades mais rurais, sobretudo na zona nascente” do concelho.

O concelho é caracterizado por três zonas territoriais com características muito próprias – zona nascente, zona cento-cidade e zona poente (Figura 4). Esta organização é fruto da necessidade de adequação da população ao território e de retirar do mesmo os recursos indispensáveis para a sua subsistência e para o desenvolvimento das atividades económicas. A concentração urbana, populacional e industrial é muito superior nas zonas poente e centro-cidade, contrariamente à zona nascente, mais rural e com menor expressão populacional.



LEGENDA:

	Limite do Concelho da Ribeira Grande		Zona Nascente
	Limite das freguesias do concelho de Ribeira Grande		Zona Centro/Cidade
	Limite dos concelhos da ilha de São Miguel		Zona Poente

Figura 4. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

O relevo é mais acidentado a sul e este do concelho, o que condicionou a ocupação do território e o desenvolvimento das atividades económicas. O acesso à água doce é também outro fator que condicionou e continua a condicionar o desenvolvimento. As bacias

hidrográficas das lagoas do Fogo e de São Brás são elementos muito importantes para o abastecimento de água às populações e para a irrigação dos campos agrícolas.

Estes são apenas alguns dos vetores, importantes, que identificam e caracterizam o território da Ribeira Grande, um território com uma posição de charneira na ilha de São Miguel, que estabelece ligações territoriais com todos os outros concelhos da ilha e que possui com Ponta Delgada e Lagoa relações territoriais, urbanas, económicas e sociais muito fortes. Este 'triângulo urbano' constitui o principal motor da Ilha e da RAA (Figura 5). Não se encontra, no conjunto do arquipélago, um subsistema urbano tão forte como este, quer em concentração de população, quer em concentração de funções e atividades. Com papéis e vocações distintas, Ponta Delgada tende a afirmar-se como o principal centro institucional, de ensino e de serviços da Região, tendo Lagoa como centro complementar, ao passo que a Ribeira Grande se distingue por uma economia mais equilibrada e diversificada, fortemente alavancada pelo seu tecido industrial, a principal fonte de produção de riqueza do concelho.

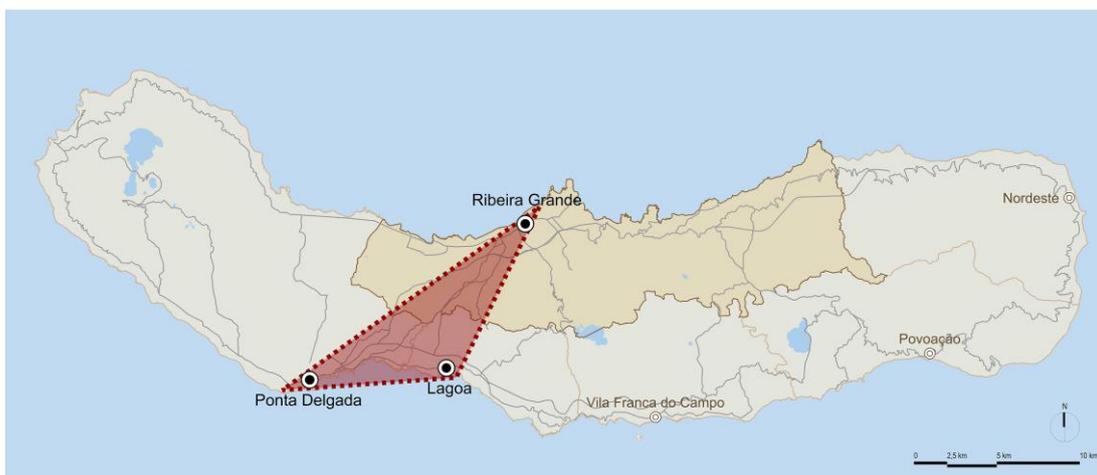


Figura 5. 'Triângulo urbano' formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa.

Fonte: SPI

Com este forte relacionamento territorial, intensificado com a melhoria substancial das condições de acessibilidade e de mobilidade das pessoas e bens na ilha, é exetável que, no futuro, este subsistema urbano continue a gerar forças centrípetas muito fortes que levem a concentrar neste setor da ilha o grosso da população e das atividades sociais, culturais e económicas (Figura 6).

Será, portanto, fundamental, encontrar soluções que controlem e corrijam as assimetrias territoriais, para que o espaço rural não perca protagonismo, sobretudo num território onde o setor primário e as atividades tradicionais sempre tiveram uma grande importância e fazem parte da matriz identitária da região.

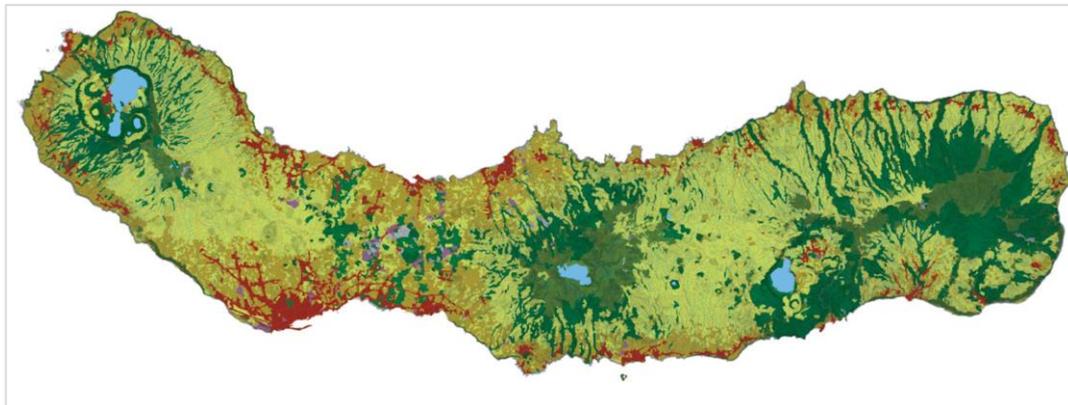


Figura 6. Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha de São Miguel.

Fonte: Governo Regional – SRAM, 2007

Modernizar a economia, inovar e qualificar os recursos humanos

O concelho da Ribeira Grande concentra uma parte muito significativa dos recursos naturais, humanos, socioeconómicos e culturais da ilha de São Miguel e da própria Região. O mar e os recursos hídricos, as matérias-primas minerais e o vasto património natural e cultural testemunham esta riqueza. A dinâmica demográfica positiva, a população jovem, o tecido produtivo diversificado, o poderio da indústria transformadora e a atividade agropecuária, e a balança comercial equilibrada, são outras vantagens competitivas para o desenvolvimento do concelho.

Todavia, não só de fatores e tendências positivas vive o concelho. Tal como na Região, também aqui se fazem notar, com maior ou menor intensidade, os problemas estruturais que afetam a economia regional. As taxas elevadas de desemprego, de analfabetismo e de abandono escolar, e o baixo poder de compra, demonstram uma outra realidade, uma economia que enfrenta estrangulamentos e que não consegue distribuir de uma forma equilibrada a riqueza produzida.

O concelho da Ribeira Grande apresenta uma boa representatividade dos três setores da economia (Figura 7). Se o setor terciário é o que possui o maior número de empresas e de empregados, é o setor secundário que concentra a maior parte do volume de negócios e que produz mais riqueza e valor acrescentado. Como os números demonstram, a indústria transformadora do concelho é o grande pilar da economia concelhia e a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. Não menosprezando o papel da indústria extrativa e da construção no concelho, esta última fortemente afetada pela crise económica dos últimos anos, é a aliança com a qualidade da produção do setor primário que torna a indústria transformadora muito forte no concelho da Ribeira Grande.

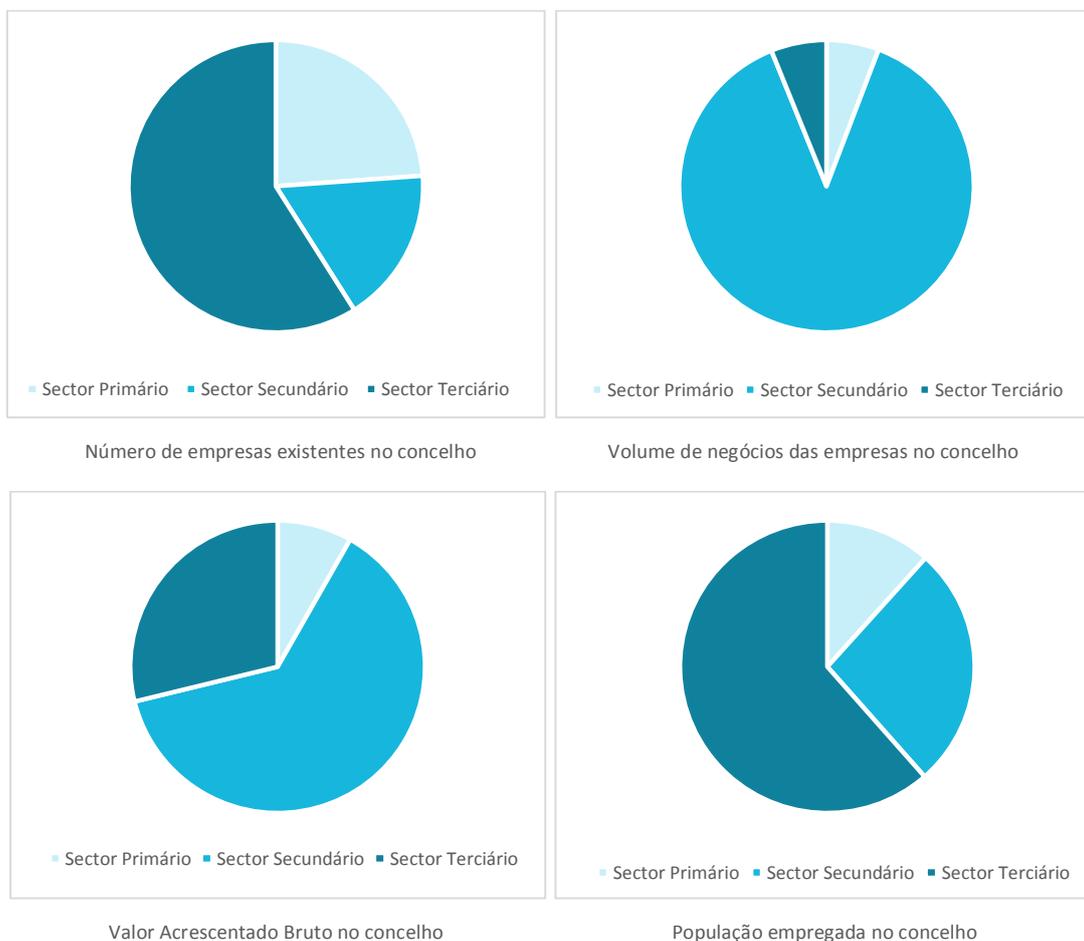


Figura 7. Dados gerais para o concelho por setor de atividade: n.º de empresas existentes, volume de negócios das empresas, valor acrescentado bruto (VAB) e população empregada.

Fonte: SPI

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2012

A aposta verificada nos últimos anos, em linha com a Região, no setor agropecuário, associada à forte industrialização do setor leiteiro, traduzida no concelho no estabelecimento das principais indústrias transformadoras do setor, tornam a fileira agropecuária do leite, indiscutivelmente, um dos principais pilares de desenvolvimento económico do concelho, envolvendo a maioria dos ativos do setor primário e do tecido industrial transformador.

Acresce a existência de bacias leiteiras com grande potencial de desenvolvimento (Maia e Lomba da Maia) e a localização no concelho da Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel (que possui um centro de exposições regional e uma fábrica de rações para as vacas leiteiras, que cobre mais de 60% do consumo da ilha de São Miguel), o que espelha a importância da Ribeira Grande neste domínio. Também aqui existem constrangimentos, como as dificuldades de abastecimento de água e energia às explorações. As bacias leiteiras da Maia e da Lomba da Maia são das melhores dos Açores (140 produtores e 80 milhões de litros de produção anual) e têm as piores condições de abastecimento de água. Para que a atividade e a produção seja potenciada, é necessário investir nestas infraestruturas, conjuntamente com o IROA, nas áreas sob sua tutela.

Tendo em conta a importância deste setor para a economia ribeira-grandense, será importante, igualmente, criar no concelho uma escola de formação agrária, que permita lançar novos agricultores. Existe ainda margem para o surgimento de novos empreendedores em áreas como a horticultura, a agricultura biológica, as pequenas queijarias nas produções de leite, os produtos gourmet e o agroturismo, pelo que, esta escola, poderá desempenhar um importante papel na diversificação e consolidação deste setor.

Outro pilar económico do concelho é a pesca e a indústria de transformação do pescado. Os investimentos recentes na modernização do Porto de Pesca de Rabo de Peixe, um dos mais importantes da Região, e a presença no concelho das empresas mais representativas ao nível da transformação e do comércio grossista ligado ao setor, testemunham a importância desta fileira. Já os serviços e o turismo apresentam níveis débeis de desenvolvimento, mas que, no futuro, fazendo prevalecer a qualidade urbana e ambiental, poderão vir a observar um incremento qualitativo.

Ainda no setor primário, há que destacar a produção de hortícolas, particularmente na freguesia de Rabo de Peixe, um dos locais de produção e abastecimento mais bem-sucedidos a nível regional. Também aqui, com a modernização da produção, existe margem de desenvolvimento, que permite ir ao encontro de um objetivo estratégico para o futuro, de procurar, através da produção interna, substituir a importação destes produtos. Ao nível da produção de carne também existe margem de desenvolvimento, sendo necessário investir em parques de acabamento, localizados junto aos matadouros, de forma a trabalhar eficazmente a homogeneização da carne.

O novo ciclo de programação dos fundos comunitários e a Visão Açores 2020 constante do PO dos Açores, descrita no ponto anterior, revela-nos a importância que é dada ao combate aos problemas estruturais que afetam a economia e o investimento forte que se pretende na modernização do tecido económico e empresarial da Região, tanto ao nível dos processos produtivos, como na inovação dos produtos e qualificação dos recursos humanos.

Um concelho que pretende modernizar a sua economia precisa de população em idade ativa, jovem e qualificada, uma condição para o surgimento de novas funções e diversificação das atividades. População jovem existe no concelho, como já vimos, a questão principal estará na sua qualificação, não obstante o esforço muito significativo que tem vindo a ser feito, quer na melhoria das infraestruturas e equipamentos, quer no combate ao abandono escolar precoce, quer ainda na aposta na formação profissional.

No caso da Ribeira Grande, será importante alinhar essa qualificação com as necessidades e com o perfil da economia ribeira-grandense, para que a dinâmica demográfica positiva que o concelho regista e a juventude da sua população não se transfira para outros territórios e para que os profissionais qualificados possam ajudar a desenvolver os setores económicos estratégicos para o concelho. Este alinhamento com a realidade e as necessidades específicas geradas pelo tecido económico é muito importante no quadro de uma estratégia

de combate ao desemprego. Também relevante será definir um programa de requalificação para os trabalhadores dos setores da economia local particularmente afetados pela crise (e.g. construção civil), atualmente desempregados, que, devidamente reorientados, podem vir a desempenhar funções noutras áreas da economia local ribeira-grandense.

A estrutura económica da Ribeira Grande sofreu, naturalmente, o impacto da crise económica, particularmente em setores sensíveis como o da construção civil, com grande representatividade no concelho. Não obstante, a sua economia demonstra uma significativa capacidade de resiliência, com setores que investem na procura de mercados externos para o escoamento dos seus produtos. Como demonstram os dados da balança comercial, a performance do concelho da Ribeira Grande, contrariamente à da Região, é positiva, o que atesta da competitividade da sua economia. Com isto, não se deve perder de vista, que, ao nível dos setores de atividade tradicionais do concelho, a tradição e o saber não serão suficiente para competir num mundo globalizado se não forem acompanhados de um esforço de inovação dos processos, equipamentos e produtos.

A estratégia a prosseguir deve, por isso, assentar num conjunto de medidas e ações que, estruturadas de forma integrada, criem melhores condições para o funcionamento do tecido empresarial e produtivo do concelho e reforcem a sua orientação para os mercados externos, nomeadamente através de: qualificação dos recursos humanos; criação de centros de competências, investigação e inovação; melhoria dos modelos organizacionais e consolidação das redes de cooperação entre os agentes económicos; valorização dos produtos endógenos; produção de novos ou melhorados bens e serviços; novos processos de produção; estratégias de captação de investimento e de marketing; e melhoria das condições infraestruturais e locativas (apostar na aglomeração e na inserção na rede de acessibilidades e logística).

Também o aproveitamento da energia geotérmica, dado o peso da energia nos fatores de custo da produção, poderá, no futuro, constituir uma vantagem competitiva para a economia ribeira-grandense. Os projetos que têm vindo a ser delineados pela EDA Renováveis, de instalação de uma rede de fornecimento do calor geotérmico a equipamentos e instalações de produção, como a INOVA, podem ser o primeiro passo de um projeto mais ambicioso, que transforme a energia geotérmica num importante aliado da atividade industrial e agrícola.

As medidas antes referidas, de relevante importância, não podem porém deixar de ser acompanhadas por um processo de valorização do território, que acrescente qualidade urbana, ambiental e paisagística à Ribeira Grande, tornando-o um território que ofereça melhores condições de vida aos seus habitantes e mais atrativo para a fixação de empresas e quadros qualificados, ou seja, um território que oferece uma boa qualidade de vida e que consegue, por esta via, competir com os seus congéneres.

Requalificação urbana e ambiental do território

O desordenamento e a desqualificação urbana não são bons indicadores de competitividade económica e de qualidade urbana e ambiental, devendo, portanto, merecer particular atenção. O concelho da Ribeira Grande apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linearizada que rompem com o tradicional equilíbrio do modelo de povoamento, gerando problemas de conflitualidade de usos, de mobilidade e de gestão sustentável das infraestruturas e equipamentos, que se refletem, irremediavelmente, na performance económica do concelho e na qualidade de vida da sua população. Constituem, igualmente, uma ameaça para a preservação do património natural e paisagístico

Os problemas de desordenamento territorial e urbano trazem também consigo focos de desqualificação urbana. No concelho da Ribeira Grande são visíveis problemas ao nível da qualidade do edificado e do espaço público que fragilizam a imagem urbana de qualidade que o concelho pretende preservar. A imagem desqualificada não é, porém, um problema que afeta somente os espaços urbanos, também os espaços rurais e naturais tendem a ser afetados por fenómenos que os descaracterizam. É na ocupação da faixa costeira que estes fenómenos assumem maior expressão, precisamente porque é aqui que a pressão urbana se faz sentir com maior intensidade, onde os sistemas naturais são seguramente mais frágeis e onde se encontram os maiores riscos para a ocupação urbana. Sendo este um ponto crítico, não pode ser esquecido o interior, na medida em que o período de difusão urbanística que caracterizou as últimas décadas, 'exportou' para as zonas mais interiores problemas de desqualificação que antes só se faziam notar no litoral, tradicionalmente a zona de ocupação urbana.

A estratégia de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande, para os próximos anos, não pode, assim, descurar um vetor prioritário de intervenção focado na requalificação urbana e ambiental do território, incluindo as questões das redes de águas residuais.

A orla costeira será provavelmente um espaço privilegiado de atuação, na medida em que é aqui que estão localizados os principais problemas e é aqui que reside uma das principais marcas distintivas do concelho, espelhada na beleza natural da sua costa e das suas praias e na presença dos seus aglomerados urbanos e do principal património cultural. Às medidas e ações tendentes à eliminação dos conjuntos edificados degradados e localizados em zonas de risco e à valorização paisagística e funcional da orla costeira, que permitam aproximar os cidadãos do mar, devem juntar-se medidas de valorização dos espaços de entrada nos aglomerados, de requalificação dos espaços públicos que constituem os centros cívicos destes aglomerados, e de reabilitação e refuncionalização do património edificado.

Trata-se de intervenções estruturantes que não devem esgotar uma intervenção mais alargada de reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos. A Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico da Ribeira Grande, recentemente delimitada, que abrange a zona histórica da cidade abrangida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização (Figura 8), pode constituir um primeiro passo de uma operação de reabilitação urbana de largo espetro, através do desenvolvimento da operação de reabilitação urbana enquadrada pelo

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana previsto na lei¹ e pelo Programa de Incentivos antes referido.

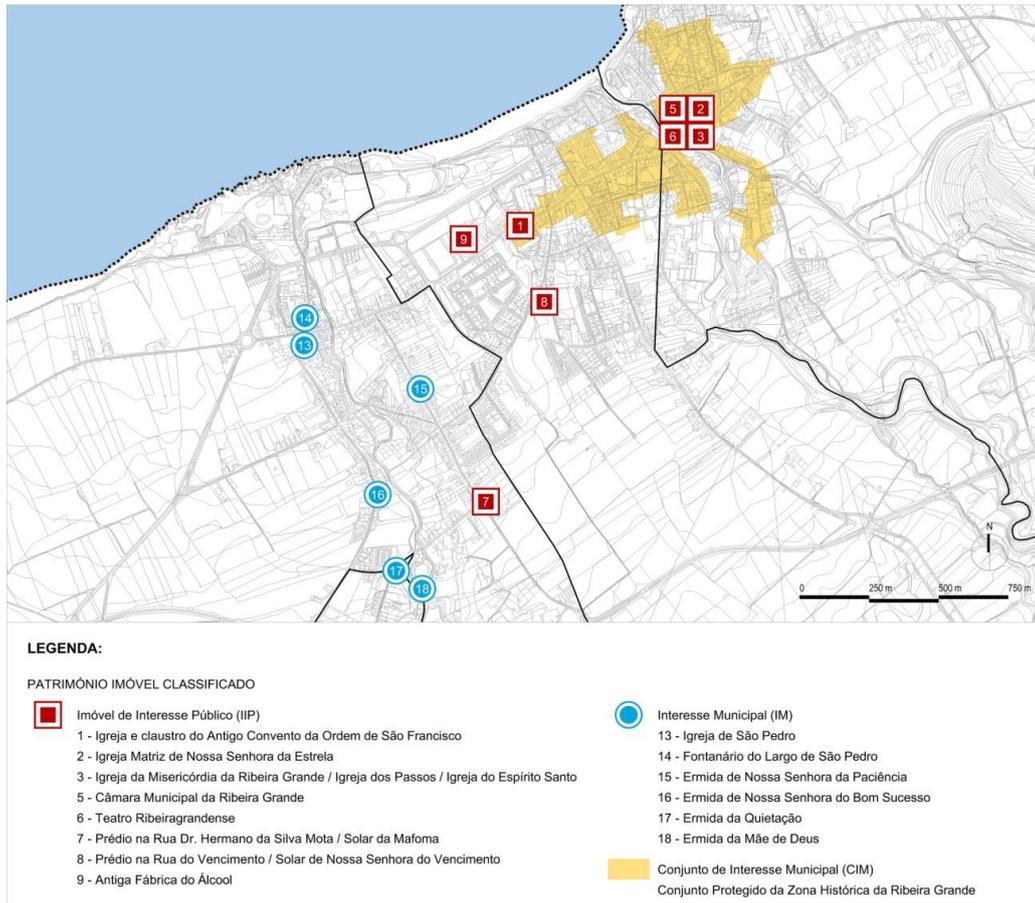


Figura 8. Património classificado na cidade e Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013; Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

O Programa de Urbanismo Sustentável Integrado previsto no Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado (competir+)², conjugando a ação do município e dos comerciantes, é igualmente uma oportunidade.

Desta forma, as intervenções estruturantes e emblemáticas devem ser inscritas numa estratégia de reabilitação urbana integrada de médio prazo, que enquadre outras ações em domínios de intervenção relevantes, como a reabilitação do edificado e dos espaços exteriores, a requalificação de equipamentos, a modernização das atividades económicas urbanas (e.g. comércio de proximidade), a valorização do património construído, a dinamização cultural nos espaços urbanos, a eficiência energética (e.g. equipamentos

¹ Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

² Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2014/A

públicos e iluminação pública) e o incremento da mobilidade suave. Também a questão do saneamento ambiental não pode ser esquecida. Como revelam os dados levantados, o concelho da Ribeira Grande denota insuficiências ao nível da cobertura territorial da rede de águas residuais, que se reflete na qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Esta situação traz consigo problemas ambientais mas também de qualidade urbana que necessitam de ser resolvidos.

Noutro âmbito, a presença de valores e elementos naturais e paisagísticos tão significativos no concelho também justifica a adoção de medidas que salvaguardem estes elementos de usos incompatíveis (valorizando os elementos paisagísticos distintivos), e que dinamizem a sua fruição de uma forma sustentável. Este património tem estado sujeito a fortes pressões, que conduziram progressivamente a uma perda de biodiversidade. Os fenómenos de expansão das pastagens e de proliferação das espécies exóticas e infestantes são as principais ameaças. A este nível, haverá espaço para o desenvolvimento de ações de salvaguarda dos elementos naturais e paisagísticos singulares, que, para além de assegurarem a manutenção destes valores, também podem ser fonte de criação de emprego, particularmente ao nível da erradicação das espécies infestantes e do desenvolvimento da floresta, sempre numa lógica associada à conservação dos habitats.

O concelho da Ribeira Grande possui valores e recursos diferenciados e um património cultural e natural único (história, monumentos, praias, serras) que, associados a uma localização privilegiada e às boas acessibilidades, lhe conferem um grande potencial de atratividade. No seu conjunto, estas medidas constituirão um primeiro impulso de um processo de regeneração urbana e ambiental que será exigente e necessariamente longo, mas que permitirá criar as condições para um território mais qualificado e de grande qualidade ambiental, condição para o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo.

Sobre o turismo, garantidas as condições que aumentem a atratividade territorial do concelho, haverá que investir nas estruturas e serviços essenciais para o desenvolvimento turístico do concelho, eventualmente em segmentos específicos (e.g. turismo de natureza, agroturismo, turismo ativo e associado a desportos radicais, como o surf). Um dado relevante será a exploração do património cultural singular da Ribeira Grande. O concelho possui um património arquitetónico único, um conjunto museológico municipal de relevo, um Centro de Arte Moderna Regional e um conjunto de atividades culturais que o transformam num verdadeiro polo cultural da Região. Estes valores, devidamente integrados, são uma mais-valia para a visitação e turismo no concelho, permitindo captar importantes fluxos turísticos, não esquecendo a diáspora açoriana, que tem aqui um local de exaltação dos valores identitários da Região e do concelho da Ribeira Grande.

Será através desta diferenciação que o concelho da Ribeira Grande poderá captar parte dos fluxos turísticos que, com a abertura anunciada do espaço aéreo açoriano, poderá vir a sofrer um assinalável incremento.

1.1.4. Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) permite uma fácil identificação dos pontos fortes atuais, que poderão ser os seus motores de evolução, das áreas de melhoria, para as quais devem ser desenhadas estratégias específicas, das oportunidades, que refletem as influências externas positivas que importa aproveitar, e das ameaças, que importa conhecer em profundidade e que se pretendem prevenir.

A análise cruzada das quatro áreas acima apresentadas permitirá obter algumas orientações complementares como as potencialidades, os constrangimentos, as vulnerabilidades e os principais problemas do território.

É de ressaltar que a análise SWOT é uma ferramenta simplificada que permite sintetizar algumas conclusões com base no diagnóstico efetuado. Nesta análise SWOT (Tabela 1) integram-se, pela sua pertinência e atualidade, algumas das conclusões do Diagnóstico prospetivo dos Estudos de Revisão do PDM (atualizados em 2013), e os contributos obtidos nas reuniões de trabalho que envolveram a CMRG e o conjunto selecionado de *stakeholders*.

Tabela 1. Análise SWOT

Fonte: SPI/ECEGE

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ■ Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa ■ Acessibilidades ■ Mar e Recursos hídricos ■ Energia geotérmica ■ Matérias-primas minerais ■ Património natural e cultural ■ Crescimento demográfico e população jovem ■ Indústria transformadora ■ Fileira agropecuária do leite ■ Indústria da construção ■ Balança comercial ■ Portos de pescas ■ Parque Industrial ■ Equipamentos sociais, de ensino, desportivos e culturais ■ Ensino profissional e ensino à distância ■ Desportos radicais 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Desemprego ■ Taxa de analfabetismo e abandono escolar ■ Poder de compra ■ Setor terciário ■ Êxodo dos jovens ■ Saneamento básico ■ Ocupação da orla costeira ■ Redução da biodiversidade ■ Desordenamento urbano e expansão linear ■ Desqualificação urbana e ambiental ■ Condições de mobilidade ■ Transporte coletivo ■ Tecnologias de Informação e Comunicação
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ■ Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e financiamento comunitário ■ Estratégia de Especialização Inteligente da RAA – Ris3 Açores ■ Estratégia do Mar e Programa de Desenvolvimento Rural ■ Cooperação territorial ■ Revisão do Plano Diretor Municipal ■ Abertura do espaço aéreo açoriano a companhias áreas comerciais internacionais ■ Investimento privado 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Impacto da crise financeira na Europa ■ Instabilidade na política e comércio internacional ■ Massificação turística

Pontos Fortes	
Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa	Único concelho que faz ligação territorial com os demais existentes na ilha; território charneira nas ligações territoriais, urbanas, económicas e sociais de toda a ilha, particularmente com Ponta Delgada e Lagoa. Esta posição geográfica permite ao concelho retirar dividendos em termos de fixação de atividades e população.
Acessibilidades	Rede de acessibilidades viárias modernizada (e.g. SCUT) e estruturante, que possibilita ligações rápidas e cómodas entre os principais equipamentos, infraestruturas e polos urbanos e económicos da ilha.
Mar e Recursos hídricos	O mar é uma importante fonte de recursos do concelho, sobretudo ao nível da pesca, mas possui um grande potencial para o desenvolvimento de outras atividades. O concelho possui recursos hídricos de qualidade e diversificados, embora atualmente ameaços pelos usos do solo e atividades poluentes.
Energia geotérmica	A Ribeira Grande é o único concelho do país que detém energia geotérmica, aplicada exclusivamente na produção de eletricidade pela EDA Renováveis. A aplicação do fluido geotérmico para aquecimento de água e calor, em estudo, pode vir a tornar-se numa mais-valia económica do concelho.
Matérias-primas minerais	O concelho da Ribeira Grande é rico em matérias-primas minerais (e.g. cascalho, pedra, tufo, areia) e um dos principais abastecedores da indústria de construção da Ilha de São Miguel, atividade que concentra muitas empresas e gera emprego.
Património natural e cultural	O concelho dispõe de um património natural e cultural de valor incalculável, expresso no conjunto notável e diversificado de áreas e elementos naturais classificados, nas paisagens naturais e culturais singulares, no património arquitetónico classificado, na história e nas tradições e nas variadas atividades culturais e recreativas.
Crescimento demográfico e população jovem	É o terceiro concelho mais populoso da RAA e o segundo da Ilha. Comparado com alguns dos concelhos mais relevantes da NUT II da RAA, o concelho da Ribeira Grande foi aquele que registou um crescimento populacional mais significativo entre 2001 e 2011 (12,8%). Segundo os Censos de 2011 é o concelho mais jovem do país. A juventude da população constitui uma vantagem competitiva relativamente aos outros concelhos.
Indústria transformadora	A indústria transformadora do concelho da Ribeira Grande é a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. A aliança com a produção de qualidade do setor primário faz com que as indústrias transformadoras do concelho sejam competitivas e exportem os seus produtos para mercados externos como o da União Europeia.
Fileira agropecuária do leite	O concelho da Ribeira Grande, em linha com a Região, apostou fortemente na exploração agropecuária, associada à forte industrialização do setor leiteiro (com particular incidência no concelho). Possui bacias leiteiras de grande potencial produtivo. É na Ribeira Grande que se encontra instalada a Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel, uma organização representativa do setor e com um elevado número de trabalhadores (270).
Indústria da construção	Não obstante as dificuldades criadas pela crise económica e financeira, a construção é uma das atividades mais fortes do concelho. De todos os outros concelhos da Região, o da Ribeira Grande é aquele que possuiu as maiores empresas e dispõe dos produtos com preços mais competitivos para a construção.

Balança Comercial	Contrariamente à Região, o concelho da Ribeira Grande apresenta um comportamento equilibrado entre o valor exportado e o importado, com um saldo positivo da balança comercial em 2013 de cerca de 2 milhões de euros. Com uma tendência de crescimento das exportações, o concelho apresenta um equilíbrio comercial.
Portos de pescas	O concelho possui uma costa extensa e infraestruturas portuárias com boas condições para a recolha do pescado, sua venda e transformação. A vila de Rabo de Peixe possui, neste momento, um dos melhores portos de pesca dos Açores o que evidencia uma clara aposta na competitividade das empresas piscícolas do concelho. Também os portos de pescas de Porto Formoso e da Maia permitem a atividade piscatória e, associadas, outras atividades como o lazer e a restauração.
Parque Industrial	A cidade e concelho da Ribeira Grande dispõem do primeiro parque industrial formado na ilha. Sito numa zona central da Ilha de São Miguel, com acessibilidades de qualidade e preços de terrenos competitivos, constitui uma importante vantagem económica e empresarial do concelho.
Equipamentos sociais, de ensino, desportivos e culturais	O concelho dispõe de uma vasta rede de equipamentos distribuídos pelas localidades em domínios chave como o social, o ensino, o desporto e a cultura, que constituem um elemento de coesão social que contribui para a qualidade de vida da população ribeirão-grandense.
Ensino profissional e ensino à distância	Através do programa EFTA, em 2005, foi possível ao concelho melhorar a sua escola profissional que é de extrema importância para uma população jovem que almeja precocemente o trabalho. Desde 2005 e até hoje a Escola Profissional da Ribeira Grande tem desempenhado um papel de integração e formação do tecido empresarial e empregado no concelho e ilha. A localização na Ribeira Grande da Universidade Aberta, única na Região, constitui uma mais-valia competitiva do concelho. A criação de uma Escola de Formação Agrícola no concelho poderá constituir outro importante pilar formativo.
Desportos radicais	O concelho da Ribeira Grande já possui alguma tradição ao nível do desenvolvimento de desportos radicais, como o surf, ainda com uma significativa margem de progressão.
Pontos Fracos	
Desemprego	Não obstante o aumento significativo da população ativa no concelho registado entre 2001 e 2011 (mais de 31%), o concelho de Ribeira Grande, neste mesmo período, é o que regista maior taxa de desemprego (15,6%), facto essencialmente ligado à forte recessão na construção, um dos setores económicos mais importantes do concelho.
Taxa de analfabetismo e abandono escolar	O concelho detém uma das taxas de analfabetismo e abandono escolar mais altas da RAA. Este facto evidencia fragilidades comparativamente com outros concelhos que detêm uma população ativa com mais literacia, logo mais apta.
Poder de compra	Ao nível do indicador <i>per capita</i> do Poder de Compra, o concelho da Ribeira Grande, com 63,31, encontra-se muito abaixo do valor padrão nacional (100) e também da média de referência da RAA (82,35).
Setor terciário	O concelho não possuiu um setor de serviços muito produtivo, aliás, é um setor relativamente pequeno para a sua dimensão e capacidade económica.
Êxodo dos jovens	As freguesias rurais do concelho estão a perder população jovem para os centros urbanos, o que fragiliza, ainda mais, a

	economia destes locais e aprofunda as assimetrias.
Saneamento básico	O concelho da Ribeira Grande ainda tem grande parte da sua rede de saneamento por efetuar. Retirando as freguesias da Maia e Rabo de Peixe, o concelho apresenta um saneamento antigo e deficitário.
Ocupação da orla costeira	A orla costeira do concelho deveria ser um dos pontos mais fortes, contudo, a sua ocupação por construção precária e historicamente voltada de costas para o mar deu origem a fenómenos e focos de desqualificação territorial. O abandono a que foram votados alguns dos elementos notáveis (e.g. moinhos, Porto de Santa Iria) também contribuiu para esta desqualificação.
Redução da biodiversidade	O aumento da pressão humana sobre os ecossistemas naturais, nomeadamente com a extensão das áreas de pastagens e a ocupação urbana desordenada, bem como a proliferação de espécies exóticas e infestantes, tem contribuído para a redução da biodiversidade no concelho.
Desordenamento urbano e expansão linear	O concelho apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linear que rompem com o tradicional e equilibrado modelo de povoamento e geram focos de conflitos ao nível dos usos e insustentabilidade na gestão das infraestruturas e equipamentos.
Desqualificação urbana e ambiental	Os principais aglomerados urbanos do concelho sofrem de problemas de ordenamento e de manutenção e qualidade do tecido edificado e do espaço público que contribuem para uma imagem, em alguns pontos, bastante desqualificada do ponto de vista da qualidade urbana e ambiental.
Condições de mobilidade	Não obstante as boas acessibilidades, as condições da rede viária local e as próprias características geométricas dos traçados dificultam a mobilidade urbana.
Transporte coletivo	Em 2011 apenas 10% da população do concelho utilizava o autocarro nas suas deslocações diárias, o que demonstra a baixa utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual.
Tecnologias de Informação e Comunicação	O acesso e utilização por parte do tecido empresarial do concelho das novas tecnológicas de informação e comunicação ainda são pouco relevantes.
Oportunidades	
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e POR Açores	As prioridades estratégicas e os instrumentos regulamentares do novo Quadro Estratégico Comum e o financiamento comunitário proporcionado pelo PO dos Açores, configuram uma oportunidade para a modernização da economia do concelho e criação de emprego, para uma maior inclusão social, para a requalificação urbana e ambiental, para o uso sustentável dos recursos, e para a melhoria das condições de mobilidade e de eficiência energética.
Estratégia de Especialização Inteligente da RAA – Ris3 Açores	A estratégia de especialização inteligente dos Açores constitui uma abordagem estratégica ao desenvolvimento económico da Região materializada através do apoio seletivo às atividades de investigação e de inovação focadas em domínios relevantes para a Região e para o concelho da Ribeira Grande - Agricultura, Pecuária e Agroindústria; Pescas e Mar; Turismo.

Estratégia do Mar e Programa de Desenvolvimento Rural	Considerando a importância do mar e do desenvolvimento rural na Região e no concelho, estes dois instrumentos facultam condições que poderão reforçar o cluster do mar neste território e proporcionar um maior desenvolvimento das atividades tradicionais, da agricultura, da agropecuária, da floresta e das comunidades rurais.
Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020	Este Programa oferece uma dotação orçamental e condições de financiamento focadas em domínios de grande interesse para a Região e concelho da Ribeira Grande, em domínios diversos que vão desde a modernização do tecido empresarial à valorização dos recursos endógenos.
Revisão do Plano Diretor Municipal	A Revisão do PDM, definindo as condições do desenvolvimento territorial e de uso, ocupação e transformação do solo, tendo em conta as novas realidades e dinâmicas, é um instrumento fundamental no apoio ao desenvolvimento económico e melhoria da qualidade de vida da população.
Abertura do espaço aéreo açoriano a companhias áreas comerciais internacionais	Tudo indica que em 2015 será promovida a abertura do espaço aéreo a outras companhias internacionais de aviação comercial, nomeadamente as companhias <i>low cost</i> . Esta situação irá gerar modificações ao nível dos fluxos turísticos na região e dinamização do setor turístico. O concelho da Ribeira Grande possui um setor turístico muito pequeno e com pouca expressão na Região, situação que pode vir a ser modificada com esta situação, se acompanhada por medidas estruturais que potenciem os seus recursos e valores.
Investimento privado	A abertura do espaço aéreo da Região possibilitará uma maior mobilidade e fluxo de pessoas para os Açores e dos Açores para o exterior. A intensificação deste fluxo pode potenciar o investimento privado em áreas fulcrais da economia regional.
Ameaças	
Impacto da crise financeira na Europa	A crise económica da Europa e Portugal continua a criar instabilidade dos mercados, criando constrangimentos no desenvolvimento da atividade económica.
Instabilidade na política e comércio internacional	A instabilidade da política internacional pode produzir consequências graves para a atividade transformadora no concelho e para o equilíbrio da sua balança comercial. O exemplo é o caso recente de embargo à exportação de produtos para a Rússia. Uma parte significativa do setor transformador do concelho da Ribeira Grande exporta para o mercado russo, principalmente, laticínios e pescado.
Massificação turística	A abertura do espaço aéreo dos Açores pode conduzir a uma pressão para a reorientação dos investimentos turísticos desproporcionada e desajustada, prejudicando a imagem de grande qualidade ambiental e paisagística que o destino Açores oferece, precisamente o seu fator distintivo.

1.2. Visão e Síntese da Estratégia

A Visão que seguidamente se apresenta considera a análise e diagnóstico do território da Ribeira Grande e da Região, e traduz uma perceção muito particular das especificidades e desafios que se colocam a este território, só possível de alcançar através dos contactos estabelecidos com o Município e com os vários agentes regionais e locais auscultados. Neste sentido, sintetiza um desígnio comum que permitirá canalizar os meios disponíveis para as áreas de atuação estratégicas e prioritárias para o concelho da Ribeira Grande.

Trata-se, portanto, de um fio condutor, onde se ‘amarram’ os diferentes eixos estratégicos que deverão sustentar os projetos a realizar no período de 2014-2020. Estes eixos estratégicos, alicerçados em objetivos estratégicos que devem orientar a ação e traduzidos numa carteira concreta de projetos estruturantes, constituem, precisamente, uma resposta aos desafios que se colocam ao concelho da Ribeira Grande, identificados ao longo do diagnóstico, considerando a Visão para a Região e o conjunto de orientações e medidas que dela decorrem (Figura 9).



Figura 9. Níveis de definição estratégica.

Fonte: SPI

Do diagnóstico realizado ao concelho da Ribeira Grande identifica-se um território singular, de transformação e de criação de valor e que assume, por isso, uma particular relevância nas dinâmicas económicas e sociais no contexto da ilha de São Miguel.

Assim, o concelho da Ribeira Grande constitui-se como o principal polo da indústria transformadora dos Açores e tem uma pujante atividade agrícola; é o maior concelho exportador dos Açores; todos os concelhos da Ilha de S. Miguel confinam com a Ribeira Grande, e a sua articulação assenta em boas vias de comunicação; está a menos de 30 minutos de Ponta Delgada e de Lagoa, concelhos com os quais constitui um triângulo virtuoso

de complementaridades; tem condições para o aproveitamento da energia geotérmica; tem potencial para ter, de novo, uma base aérea; tem um mar com características consideradas, a nível internacional, como particularmente favoráveis para a prática do surf; tem inúmeros equipamentos de referência.

Gozando de uma localização privilegiada e central e de um território diversificado e com realidades contrastantes, será fundamental, no futuro, que o concelho da Ribeira Grande se continue a afirmar pelos valores e vocações que o distinguem e seja capaz de corrigir as assimetrias territoriais que as dinâmicas urbanas, económicas e populacionais tenderão a acentuar. No fundo, um território que mantenha a capacidade de se articular, física e funcionalmente, com todos os quadrantes da ilha, que preserve a sua matriz de ocupação e os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e culturais, e que continue a apostar na sua economia diversificada e na indústria transformadora.

O concelho da Ribeira Grande tem condições para se afirmar e ser valorizado por todos não apenas como um mero centro complementar de Ponta Delgada mas como um centro, com vocações e valores próprias que importa consolidar e aprofundar, parceiro de Ponta Delgada e de Lagoa no que se constitui como a principal alavanca de desenvolvimento de S. Miguel e dos Açores.

Ribeira Grande – Uma força de transformação e de criação de valor

Assim se define a Visão que deverá nortear a intervenção do município e o trabalho de parceria com todas as instituições, empresas e outros atores.

Esta visão resulta do profundo trabalho de diagnóstico realizado, da análise das perspetivas concretas de desenvolvimento do concelho nos mais diversos domínios e da análise das condições para a realização de investimentos, articulada com o próximo ciclo de financiamento comunitário. Para a formulação desta visão e da conceção da sua operacionalização, muito contribui o trabalho de permanente proximidade com a Câmara Municipal e os contributos do seu corpo técnico e de um conjunto alargado de *stakeholders*.

Sendo escassos os recursos financeiros, será imprescindível uma acertada relação do conjunto limitado dos projetos estruturantes a desenvolver com real impacto no desenvolvimento económico e no bem-estar das populações. São de uma grande exigência os desafios que se colocam à Ribeira Grande para a concretização dos 31 projetos estruturantes que dão corpo aos 6 eixos estratégicos definidos:

- Eixo 1 – Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar.
- Eixo 2 – Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano.
- Eixo 3 – Assegurar coesão territorial e social.

- Eixo 4 – Valorizar integradamente o património cultural e natural e as redes de visitação.
- Eixo 5 – Desenvolver localmente o turismo e o lazer.
- Eixo 6 – Promover a sustentabilidade ambiental.

A definição destes eixos estratégicos de intervenção (e não de outros) e a configuração dos projetos estruturantes tiveram em conta: o aprofundado diagnóstico que foi realizado, a capacidade de potenciarem os pontos fortes do concelho e o quadro de oportunidades e de resolver ou minorar as principais debilidades e ameaças que se colocam para o cumprimento desta visão. Tiveram também em conta a perceção das tendências de desenvolvimento e a articulação dos eixos e projetos com os documentos que nortearão o próximo quadro de financiamento comunitário.

Alguns dos projetos estruturantes propostos têm um prazo de execução que vai para além de 2020. Visam resolver problemas ou pontos fracos resultado de tendências pesadas. É contudo certo que esses projetos, alguns deles exigindo uma fase prévia de preparação de vários meses, devem ter o seu arranque e a sua primeira e importante fase de concretização durante o desenvolvimento do Quadro Estratégico Comum.

A CMRG, e o seu corpo técnico, irão, com certeza encontrar formas de organização que lhes permitam encarar a concretização desta Visão, encontrar as parcerias estratégicas adequadas, e as formas de envolvimento permanente do Governo Regional, das instituições públicas e privadas, e das populações.

Seguidamente apresenta-se uma tabela que sintetiza a Estratégia Territorial e Operacional proposta (Tabela 2).

Tabela 2. Esquematização Síntese da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Objetivos Estratégicos)
Fonte: SPI

RIBEIRA GRANDE UMA FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO E DE CRIAÇÃO DE VALOR PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO 2014-2020						
Eixos estratégicos	Eixo 1 Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar	Eixo 2 Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano	Eixo 3 Assegurar a coesão territorial e social	Eixo 4 Valorizar integralmente o património cultural e natural e as redes de visitação	Eixo 5 Desenvolver localmente o turismo e o lazer	Eixo 6 Promover a sustentabilidade ambiental
Objetivos estratégicos	<p>... OE1. Promover e apoiar o desenvolvimento de polos industriais modernos, associado ao reordenamento do tecido industrial.</p> <p>... OE2. Desenvolver as condições logísticas de apoio à atividade industrial do concelho.</p> <p>... OE3. Apoiar o desenvolvimento de uma agricultura moderna, competitiva e diversificada.</p> <p>... OE4. Apoiar o desenvolvimento da pesca e da transferência do pescado.</p> <p>... OE5. Apoiar a criação de pequenos negócios ancorados em mais-valias concelhias ligadas à economia do mar.</p> <p>... OE6. Promover as atividades e os produtos locais.</p>	<p>... OE7. Voltar a cidade para o mar, dando continuidade à requalificação da frente de mar através do passeio atlântico.</p> <p>... OE8. Conceção de operações de reabilitação urbana integrada na cidade, na vila de Rabo de Peixe e no Pico da Pedra.</p> <p>... OE9. Requalificar e dinamizar o espaço público nos principais núcleos urbanos, promovendo a sua vivência e uma imagem mais atrativa.</p> <p>... OE10. Criar um polo ligado ao empreendedorismo e às indústrias criativas, rentabilizando o património e os equipamentos disponíveis.</p>	<p>... OE11. Apostar na requalificação profissional focada nas áreas estratégicas da economia local.</p> <p>... OE12. Criar condições de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego.</p> <p>... OE13. Promover a dinamização comunitária e a cidadania nas comunidades mais desfavorecidas.</p> <p>... OE14. Atenuar as assimetrias locais na distribuição de equipamentos e serviços públicos de proximidade e promover a sua utilização racional.</p> <p>... OE15. Promover ações de reabilitação urbana e de dinamização socioeconómica nos aglomerados em espaço rural.</p>	<p>... OE16. Promover a valorização, a redescoberta e a articulação em rede do património histórico-cultural municipal.</p> <p>... OE17. Consolidar a rede museológica municipal e os equipamentos culturais do concelho.</p> <p>... OE18. Assegurar uma maior integração territorial através da articulação entre as redes de mobilidade suave e o património.</p> <p>... OE19. Compatibilizar os diferentes usos do território e proteger os valores naturais.</p> <p>... OE20. Salvaguardar os sistemas litorais e qualificar as áreas balneares, de recreio e lazer.</p>	<p>... OE21. Definição de mecanismos e serviços de desenvolvimento do turismo do concelho, que articulem estrategicamente os principais vetores de atração turística.</p> <p>... OE22. Qualificar e dinamizar infraestruturas de grande potencial turístico e de valor para o concelho.</p> <p>... OE23. Agilizar a receção aos turistas e visitantes e a divulgação da oferta disponível.</p> <p>... OE24. Beneficiar e criar estruturas de apoio ao lazer e ao turismo.</p>	<p>... OE25. Apoiar a utilização sustentável das fontes de energia, em especial a geotermia.</p> <p>... OE26. Promover a eficiência energética ao nível dos equipamentos públicos e iluminação pública e os sistemas inteligentes de energia.</p> <p>... OE27. Estimular a mobilidade sustentável no concelho.</p> <p>... OE28. Eliminar os focos de poluição do sistema hídrico.</p> <p>... OE29. Promover a melhoria da rede de saneamento básico e de abastecimento de água.</p>
Projetos estruturantes	<p>... PE1. RG. Indústria - Reordenamento industrial, potenciação e modernização das zonas industriais e criação do Centro Logístico do concelho da Ribeira Grande.</p> <p>... PE2. Desenvolvimento das condições infraestruturais das explorações agropecuárias do concelho da Ribeira Grande.</p> <p>... PE3. RG. Mar - Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar em Pequena Escala.</p> <p>... PE4. Centro de interpretação da agricultura da Ilha de São Miguel.</p> <p>... PE5. Escola Agrícola da Ribeira Grande.</p>	<p>... PE6. Frente de Mar da cidade da Ribeira Grande.</p> <p>... PE7. ARU – cidade da Ribeira Grande, vila de Rabo de Peixe e Pico da Pedra</p> <p>... PE8. PUSI – cidade da Ribeira Grande e vila de Rabo de Peixe.</p> <p>... PE9. Parque Verde Urbano e 'Porta Poente' da cidade da Ribeira Grande.</p> <p>... PE10. Rabo de Peixe - Requalificação da Praça Central e da envolvente ao campo de futebol e complexo industrial.</p> <p>... PE11. Centro de Empreendedorismo do concelho da Ribeira Grande.</p>	<p>... PE12. Requalifica/Reativa – Formação de recursos humanos e ensino de competências básicas a adultos; estágios de inserção profissional e apoio à contratação pós-estágio.</p> <p>... PE13. Fundo de Empreendedorismo Social – apoio ao empreendedorismo e voluntariado social no concelho.</p> <p>... PE14. Fundo de Solidariedade e Emergência Social.</p> <p>... PE15. +Próximo – Requalificação do espaço público, equipamentos e serviços de proximidade e criação de polos de apoio ao empreendedorismo local.</p>	<p>... PE16. Rotas e Percursos da Ribeira Grande – Rotas dos Moinhos de Água, do Chá, da Arquitetura e Percursos Religiosos, da Arquitetura Micaelense e rede de trilhos da natureza.</p> <p>... PE17. Ribeira Grande – Um polo cultural vivo (Teatro Ribergandense, Museu da Aviação, Centro de Arte Contemporânea dos Açores, Casa das Cavalhadas ...).</p> <p>... PE18. Plano de sinalética do concelho da Ribeira Grande.</p> <p>... PE19. +Paisagem – Requalificação e valorização do património natural e paisagístico.</p> <p>... PE20. +Litoral – Requalificação e valorização do litoral.</p>	<p>... PE21. 'Welcome Center' da Ribeira Grande.</p> <p>... PE22. Porto Formoso – Um polo turístico local de excelência.</p> <p>... PE23. Valorização do Termalismo - Antigo Balneário Termal das Caldeiras e novas Piscinas Termais da Ribeira Grande.</p> <p>... PE24. Aeródromo de Santana.</p> <p>... PE25. RG. Acomodar – EcoParque de Campismo da Ribeira Grande, EcoResort da Lagoa do Fogo e Rede de Alojamento Local</p> <p>... PE26. Plano e Agência Local para o Desenvolvimento Turístico da Ribeira Grande.</p>	<p>... PE27. Rede de fornecimento de calor geotérmico da Ribeira Grande.</p> <p>... PE28. Centro de Interpretação da Geotermia da Ribeira Grande.</p> <p>... PE29. Programa de eficiência energética dos equipamentos e infraestruturas públicas.</p> <p>... PE30. + Mobilidade – Plano de mobilidade urbana sustentável.</p> <p>... PE31. + Ambiente - Valorização dos recursos hídricos e saneamento ambiental.</p>

1.3. Eixos Estratégicos

A definição dos eixos estratégicos, tendo em conta a Visão antes exposta e o diagnóstico realizado, procura refletir o conjunto de objetivos gerais definidos no lançamento deste trabalho, as prioridades de atuação estabelecidas pelo Município para o novo ciclo de desenvolvimento que se perspetiva para 2014-2020 e, conseqüentemente, os objetivos e prioridades da política de coesão da União Europeia e do novo quadro de programação do financiamento comunitário, concretizado, a nível nacional e regional, pelo Portugal 2020.

Desta forma, pretende-se dar uma resposta aos principais desafios que se colocam ao concelho da Ribeira Grande, considerando a especificidade do seu território e as áreas estratégicas e prioritárias de intervenção.

Como já referido nas etapas anteriores deste trabalho, a estratégia que se pretende para o concelho exige o respeito por um princípio basilar da nova política de coesão, assente numa abordagem estratégica do território, focada em áreas prioritárias de atuação, em intervenções integradas cujos efeitos se reforcem mutuamente e com alguma escala, e na priorização das intervenções, tendo em conta critérios de eficácia no seu contributo para os objetivos e resultados a atingir.

Assim, a Estratégia Territorial e Operacional para 2014-2020, tendo por base a Visão, alicerça-se em 6 Eixos Estratégicos de Intervenção (Figura 10).



Figura 10. Eixos estratégicos de intervenção.

Fonte: SPI

Os eixos estratégicos adotados articulam-se entre si, na medida em que abarcam domínios de intervenção que interagem e/ou que se complementam.

A definição de cada eixo estratégico tem por base o enquadramento nos principais resultados do diagnóstico e o estabelecimento de objetivos estratégicos (OE) de atuação, num total de 29 (Tabela 3). Procurou-se que os OE definidos tivessem um impacto tão alargado quanto possível nos elementos da análise SWOT incorporada no diagnóstico.

Dada a baixa capacidade de investimento da larga maioria das autarquias portuguesas, à qual Ribeira Grande não é exceção, importa assegurar, sempre que possível, que existem potenciais soluções de financiamento para implementação da Estratégia de Desenvolvimento da Ribeira Grande para 2014-2020.

Não sendo para já possível assegurar um enquadramento completo nos documentos e programas orientadores do novo quadro de programação dos fundos comunitários, na medida em que ainda falta produzir regulamentos e instrumentos regulamentares relevantes para o enquadramento do financiamento das várias iniciativas municipais, a propor individualmente ou em parceria, procurou-se que cada eixo selecionado tivesse correspondência nas orientações e prioridades estabelecidas nos documentos e programas orientadores já disponíveis do novo quadro de programação dos fundos comunitários. Não é ainda conhecido, para os vários eixos, o seu plafonamento.

Tabela 3. Esquematização da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Objetivos Estratégicos)
Fonte: SPI

Visão	RIBEIRA GRANDE UMA FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO E DE CRIAÇÃO DE VALOR					
Eixos Estratégicos	1. Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar	2. Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano	3. Assegurar a coesão territorial e social	4. Valorizar integralmente o património cultural e natural e as redes de visitação	5. Desenvolver localmente o turismo e o lazer	6. Promover a sustentabilidade ambiental
Objetivos Estratégicos	<p>OE1. Promover e apoiar o desenvolvimento de polos industriais modernos, associado ao reordenamento do tecido industrial.</p> <p>OE2. Desenvolver as condições logísticas de apoio à atividade industrial do concelho.</p> <p>OE3. Apoiar o desenvolvimento de uma agricultura moderna, competitiva e diversificada.</p> <p>OE4. Apoiar o desenvolvimento da pesca e da transformação do pescado.</p> <p>OE5. Apoiar a criação de pequenos negócios ancorados em mais-valias concelhias ligadas à economia do mar.</p> <p>OE6. Promover as atividades e os produtos locais.</p>	<p>OE7. Voltar a cidade para o mar, dando continuidade à requalificação da frente de mar através do passeio atlântico.</p> <p>OE8. Conceção de operações de reabilitação urbana integrada na cidade, na vila de Rabo de Peixe e no Pico da Pedra.</p> <p>OE9. Requalificar e dinamizar o espaço público nos principais núcleos urbanos, promovendo a sua vivência e uma imagem mais atrativa</p> <p>OE10. Criar um polo ligado ao empreendedorismo e às indústrias criativas, rentabilizando o património e os equipamentos disponíveis.</p>	<p>OE11. Apostar na requalificação profissional focada nas áreas estratégicas da economia local.</p> <p>OE12. Criar condições de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego.</p> <p>OE13. Promover a dinamização comunitária e a cidadania nas comunidades mais desfavorecidas.</p> <p>OE14. Atenuar as assimetrias locais na distribuição de equipamentos e serviços públicos de proximidade e promover a sua utilização racional.</p> <p>OE15. Promover ações de reabilitação urbana e de dinamização socioeconómica nos aglomerados em espaço rural.</p>	<p>OE16. Promover a valorização, a redescoberta e a articulação em rede do património histórico-cultural municipal.</p> <p>OE17. Consolidar a rede museológica municipal e os equipamentos culturais do concelho.</p> <p>OE18. Assegurar uma maior integração territorial através da articulação entre as redes de mobilidade suave e o património.</p> <p>OE19. Compatibilizar os diferentes usos do território e proteger os valores naturais.</p> <p>OE20. Salvaguardar os sistemas litorais e qualificar as áreas balneares, de recreio e lazer.</p>	<p>OE21. Definição de mecanismos e serviços de desenvolvimento do turismo do concelho, que articulem estrategicamente os principais vetores de atração turística.</p> <p>OE22. Qualificar e dinamizar infraestruturas de grande potencial turístico e de valor para o concelho.</p> <p>OE23. Agilizar a receção aos turistas e visitantes e a divulgação da oferta disponível.</p> <p>OE24. Beneficiar e criar estruturas de apoio ao lazer e ao turismo.</p>	<p>OE25. Apoiar a utilização sustentável das fontes de energia, em especial a geotermia.</p> <p>OE26. Promover a eficiência energética ao nível dos equipamentos públicos e iluminação pública e os sistemas inteligentes de energia.</p> <p>OE27. Estimular a mobilidade sustentável no concelho.</p> <p>OE28. Eliminar os focos de poluição do sistema hídrico.</p> <p>OE29. Promover a melhoria da rede de saneamento básico e de abastecimento de água.</p>

1.3.1. Eixo 1 – Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar

O desenvolvimento económico da RAA, durante as últimas décadas, assentou, fundamentalmente, em três atividades económicas: a agricultura, a pesca e a indústria. A riqueza gerada advém da existência e da produtividade destas atividades, que são potenciadas pelas especificidades territoriais e climáticas existentes. O concelho de Ribeira Grande concentra parte significativa dos recursos naturais, humanos, socioeconómicos e culturais da ilha de São Miguel e da própria Região, tendo, por isso, um papel importante no seu desenvolvimento económico.

À semelhança da Região, o concelho da Ribeira Grande assentou durante séculos a sua economia nos recursos existentes, particularmente o mar e nos solos férteis, centrando-se, conseqüentemente, na pesca e na agricultura. Associadas a estas atividades do setor primário surge um setor secundário forte, alicerçado numa indústria transformadora que beneficia da qualidade da produção deste setor, contribuindo para a criação de riqueza no concelho e para uma percentagem considerável do VAB do setor secundário da RAA.

No que concerne ao setor agropecuária, o concelho da Ribeira Grande tem apresentado um importante papel quer ao nível da produção de produtos hortícolas, quer na produção de leite, sendo o concelho mais exportador da Região. Nas últimas décadas observou-se uma importante transformação deste setor no concelho, registando-se, a partir de 1980, uma forte aposta na fileira do leite e uma redução do número de explorações agrícolas.

Acresce a existência de bacias leiteiras com grande potencial de desenvolvimento (e.g. Lomba da Maia) e a localização no concelho da Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel (que possui um centro de exposições regional e uma fábrica de rações para as vacas leiteiras, que cobre mais de 60% do consumo da ilha de São Miguel), o que espelha a importância da Ribeira Grande neste domínio.

As bacias leiteiras do concelho possuem constrangimentos que importa colmatar, ao nível do abastecimento de água e energia às explorações. Designadamente, a bacia leiteira da Maia e da Lomba da Maia são das mais produtivas dos Açores (140 produtores e 80 milhões de litros de produção anual) e têm condições deficitárias no que respeita ao abastecimento de água. Para que a atividade e a produção seja potenciada, é necessário investir na melhoria e incremento destas infraestruturas, conjuntamente com o IROA, nas áreas sob sua tutela.

Para os próximos anos, torna-se, também, imperativo adotar uma política concelhia de fomento à manutenção de uma atividade agropecuária pujante e capaz de enfrentar os desafios colocados com a abolição das quotas leiteiras na União Europeia.

Ainda no setor agrícola, há que destacar a produção de hortícolas, particularmente na freguesia de Rabo de Peixe, um dos principais locais de produção e abastecimento a nível regional. Também aqui, existe margem de desenvolvimento, através da modernização da

produção, permitindo ir ao encontro de um objetivo estratégico para o futuro, de procurar, através da produção interna, substituir a importação destes produtos. Ao nível da produção de carne também existe margem de desenvolvimento, sendo necessário investir num parque de acabamento, localizado junto aos matadouros, de forma a trabalhar eficazmente a homogeneização da carne.

A importância do setor agrícola no concelho justifica, por si só, a criação de um centro de competências, uma escola agrícola da Ribeira Grande que prepare as atuais e as novas gerações para os desafios que se colocam ao setor, fomentando a formação, investigação e o empreendedorismo nos domínios estratégicos para o setor agrícola ribeira-grandense.

Outro pilar económico do concelho é a pesca e a indústria de transformação do pescado. Os investimentos recentes na modernização do Porto de Pesca de Rabo de Peixe, um dos mais importantes da Região, e a presença, no concelho, das empresas mais representativas ao nível da transformação e do comércio grossista ligado ao setor, testemunham a importância desta fileira que importa potenciar. Já os serviços e o turismo apresentam níveis débeis de desenvolvimento. No futuro, fazendo prevalecer a qualidade urbana e ambiental, poderão vir a observar um incremento qualitativo.

A diversificação e dinamização das atividades ligadas à economia do mar, tirando partido das infraestruturas portuárias existentes, recentemente modernizadas, e das atividades que se desenvolvem em torno destas é uma das apostas. É determinante implementar novos métodos produtivos e de sustentabilidade económica do setor piscícola no concelho mas, igualmente, adotar novas abordagens relacionadas com a economia do mar no seu todo. Há que canalizar alguns dos recursos existentes na atividade piscícola do concelho para novos nichos de mercado.

Relativamente ao setor secundário, destaca-se a predominância da indústria associada à atividade agropecuária e pesca, como salientado anteriormente, mas também relacionada com os recursos naturais e construção. Para além da existência, no concelho, de fábricas de laticínios (BEL e a Insulac), de indústria de transformação de pescado (COFACO e António e Gil Mineiro) e de fábrica de rações para animais (Associação Agrícola de S. Miguel), existem também indústrias de extração e aproveitamento de inertes e de materiais de construção, as indústrias metalúrgicas de base, as fábricas de transformação de artigos de borracha, matérias plásticas e não metálicos, e outras mais.

A edibilidade, em conjunto com os parceiros estratégicos, devem procura criar as melhores condições possíveis, dentro das suas competências e possibilidades, para que se verifique uma melhoria do investimento produtivo no concelho, na perspetiva de que essa melhoria reverterá para a valorização da economia local e melhoria do bem-estar dos seus cidadãos. Essa melhoria deve passar, pela valorização das condições locativas, infraestruturais e logísticas das áreas de localização industrial e empresarial, promovendo a modernização dos polos industriais do concelho. Apesar da existência de um parque industrial, recentemente beneficiado, o concelho da Ribeira Grande é fortemente por instalações industriais dispersas.

Considerando os três campos de ação citados (indústria, agropecuária e economia do mar) constituem-se como OE associados ao presente eixo de intervenção:

- OE1. Promover e apoiar o desenvolvimento de polos industriais modernos, associado ao reordenamento do tecido industrial.
- OE2. Desenvolver as condições logísticas de apoio à atividade industrial do concelho.
- OE3. Apoiar o desenvolvimento de um setor agropecuário moderno, competitivo e diversificado.
- OE4. Apoiar o desenvolvimento da pesca e da transformação do pescado
- OE5. Apoiar a criação de pequenos negócios ancorados em mais-valias concelhias ligadas à economia do mar.
- OE6. Promover as atividades e os produtos locais.

1.3.2. Eixo 2 – Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano

A cidade da Ribeira Grande, situada na 'zona centro-cidade' e abrangendo várias freguesias, configura-se como o principal centro urbano do concelho, apresentando massa crítica e um conjunto de serviços fundamentais necessários para conduzir o processo de desenvolvimento territorial que se pretende. Apresenta uma especialização ao nível dos equipamentos e serviços, que resulta da sua importância político-administrativa como sede de concelho.

No perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande, que hoje assume a expressão territorial antes descrita, concentra-se quase 40% da população residente no concelho (12 670 habitantes)³. A difusão urbanística das últimas décadas é visível na expansão da cidade, sendo que o seu perímetro urbano já não se confina apenas às freguesias do centro tradicional (Matriz, Conceição e Ribeira Seca). Atualmente, a cidade estende-se linearmente em direção às freguesias vizinhas, como a Ribeirinha e Santa Bárbara, chegando mesmo a estabelecer, em alguns casos, uma continuidade urbana com os núcleos tradicionais dessas freguesias.

Apesar do potencial da cidade, identificam-se algumas debilidades ao nível da imagem urbana e de descaracterização que devem ser melhoradas, potenciando a qualidade do ambiente urbano. Existem algumas tensões e conflitos, nomeadamente no interface urbano-litoral e no interface urbano-rural, quer através dos usos e ocupações que desqualificam a frente litoral e que, em alguns casos, ocupam zonas de elevado risco, quer ao nível da fragmentação da ocupação urbana e industrial, quer ainda ao nível do povoamento linearizado. Estes fenómenos desqualificam a paisagem do concelho, um dos seus principais valores distintivos, e comprometem o equilíbrio ecológico de áreas que são também um fator distintivo e uma fonte de riqueza.

Segundo os Estudos de Revisão do PDM (2013), apenas 19% dos espaços urbanizáveis qualificados no PDM, em 2009, se encontravam efetivamente ocupados, sendo que cerca de 37% do espaço urbano ainda estaria por colmatar. Esta análise evidencia dois aspetos: por um lado, um sobredimensionamento dos espaços urbanizáveis que, quando não acompanhado por uma efetiva programação da transformação do solo urbano, gera fenómenos de fragmentação urbana; por outro, uma margem ainda significativa para colmatação dos espaços urbanos consolidados, que constitui uma oportunidade para a requalificação urbana.

Neste contexto será importante encontrar soluções que permitam requalificar a cidade da Ribeira Grande, de forma a torna-la mais atrativa para a localização de novas funções e atividades e para a fixação de população nova e mais qualificada. É neste sentido que deverá ser dado especial destaque à reabilitação urbana e requalificação ambiental do núcleo

³ Cidades estatísticas (N.º) por Localização geográfica; Anual (INE, 2012)

urbano, dando uma maior coesão e uma imagem renovada aos espaços urbanos da cidade que, pela sua localização e importância, possam dar uma maior visibilidade à Ribeira Grande.

Será fundamental integrar nas intervenções a realizar na cidade operações de valorização da frente marítima da Ribeira Grande, que deem sequência à intervenção do passeio atlântico e explorem as potencialidades locativas, urbanas, ambientais e paisagísticas deste território, através de ações concretas que permitam desenvolver novas funções urbanas, de recreio, de lazer e turísticas (e.g. a frente marítima da Ribeira Grande tem condições de excelência para a prática de desportos náuticos, como o surf). A par dessas intervenções, é necessário promover a requalificação das áreas junto ao litoral que se encontram em risco e desqualificam a imagem da orla costeira.

O concelho da Ribeira Grande apresenta um povoamento polinucleado de baixa densidade que, tal como a cidade, ocupou as zonas relativamente planas do território, ao longo da costa. A ocupação urbana é fortemente assimétrica, concentrando-se sobretudo na cidade da Ribeira Grande (cujo perímetro urbano forma um contínuo que abrange cinco freguesias – Matriz, Conceição, Ribeira Seca, Ribeirinha e Santa Bárbara) e nas freguesias de Rabo de Peixe e Pico da Pedra.

As relações de complementaridade entre os vários núcleos urbanos do concelho da Ribeira Grande devem, também, ser exploradas neste eixo estratégico. Destacam-se os três aglomerados, localizados nas zonas ‘poente e centro-cidade’, que apresentam uma forte dinâmica de crescimento demográfico, configurando o principal eixo urbano do concelho, muito influenciado pela forte relação económica, social e demográfica gerada com Ponta Delgada e Lagoa.

A vila de Rabo de Peixe (8.866 hab.) e Pico da Pedra (2.909 hab.) configuram-se como os principais centros urbanos complementares da cidade da Ribeira Grande, embora com funções muito distintas. Enquanto a vila de Rabo de Peixe é um aglomerado forte economicamente, em resultado da sua ligação à atividade piscatória e agrícola e à indústria transformadora, o aglomerado do Pico da Pedra constitui-se como um polo residencial, cujo desenvolvimento resulta da proximidade a Ponta Delgada, das boas acessibilidades e dos preços competitivos da habitação, permitindo atrair muitos residentes daí oriundos.

No sentido de conferir robustez ao modelo urbano policêntrico do concelho da Ribeira Grande, prevê-se concretizar ações valorizadoras dos núcleos urbanos inseridos no eixo urbano referido. Essa valorização far-se-á através de medidas e ações que melhorem as condições urbanísticas, ambientais e socioeconómicas destes aglomerados, centradas em processos de regeneração urbana integrada, atuantes em diferentes planos. Esta atuação permitirá debelar os problemas de desordenamento e de desqualificação urbana verificados, propiciando um espaço urbano mais qualificado e melhores condições para o desenvolvimento das atividades económicas.

Face ao exposto, constituem-se como OE associados ao presente eixo de intervenção:

- OE7. Voltar a cidade para o mar, dando continuidade à requalificação da frente de mar através do passeio atlântico.
- OE8. Conceção de operações de reabilitação urbana integrada na cidade, na vila de Rabo de Peixe e no Pico da Pedra.
- OE9. Requalificar e dinamizar o espaço público nos principais núcleos urbanos, promovendo a sua vivencia e uma imagem mais atrativa.
- OE10. Criar um polo ligado ao empreendedorismo e às indústrias criativas, rentabilizando o património e os equipamentos disponíveis.

1.3.3. Eixo 3 – Assegurar a coesão territorial e social

A coesão territorial consiste no desenvolvimento harmonioso dos diferentes territórios, facultando aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das suas características. Desenvolver sem uma estratégia global e integrada relativamente aos diversos setores estratégicos que integram um concelho, é desenvolver sem sustentabilidade e com enorme probabilidade de originar assimetrias territoriais, sociais e económicas.

Nessa medida, o reforço da coesão territorial permitirá a conversão da diversidade em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do concelho da Ribeira Grande. Nesta perspetiva, a coesão territorial é a condição de partida para a coesão económica e social do concelho, sendo, para tal, essencial a valorização das capacidades produtiva e criativa de cada território, ancoradas nas suas aptidões e potencialidades.

O concelho da Ribeira Grande, que se desenvolve, essencialmente, nas zonas planas junto ao litoral, apresenta um modelo territorial muito centrado, como já referido antes, no eixo urbano da cidade, vila de Rabo de Peixe e núcleo urbano do Pico da Pedra. Destaca-se, contudo, um conjunto de pequenos aglomerados, localizados em zonas com um carácter vincadamente rural, que cumprem uma importante função ao nível da coesão territorial concelhia. Nestes pequenos aglomerados são necessárias intervenções de regeneração urbana que, atuando cirurgicamente, criem melhores condições para a população e fixação de empresas nestes locais.

Nesta sentido, é relevante a execução de ações que procurem apoiar, numa lógica desconcentrada e simplificada, a criação de estruturas de apoio ao empreendedorismo local, enquanto forma de diminuir as carências de oportunidades de emprego nesses locais. Estas intervenções permitem, ainda, garantir a coesão social dos territórios, promovendo a igualdade de oportunidades nas áreas territoriais mais afastadas das dinâmicas urbanas.

O desenvolvimento de uma estratégia centrada na criação de emprego, que abranja políticas inclusivas de novas oportunidades, tem de ser um dos objetivos primordiais de um Município onde a sua juventude constitui uma elevada franja de população. A criação de medidas de apoio ao empreendedorismo, canalizadas para a interligação do aproveitamento da economia social como vetor de desenvolvimento de classes mais desfavorecidas ou mesmo, de jovens com poucos rendimentos para o investimento, é uma opção essencial para que o progresso económico do concelho seja coeso e sustentável.

A formação profissional e a reconversão de competências da população, que se encontra na condição de desempregado de longa duração, é, também, uma ação preponderante para o desenvolvimento do concelho, principalmente nos aglomerados em meio rural. É nestas áreas que se identificam maiores carências ao nível da formação, uma vez que a população residente possui baixa escolaridade, sendo, por isso, determinante a implementação de medidas que visem alterar esta condição.

Sendo o concelho de Ribeira Grande constituído por catorze freguesias, o Município de Ribeira Grande deverá planear o seu investimento, permitindo que todas as localidades possam ser freguesias aprazíveis e adequadas à vivência dos tempos modernos, que contenham as condições de sustentabilidade necessárias para diminuir as assimetrias territoriais no concelho. Alargar a rede de equipamentos e serviços de proximidade, especialmente os de índole social, assume-se como uma prioridade fundamental para os territórios menos integrados nas dinâmicas urbanas, geralmente denominados de baixa densidade.

Assim, quer pelo investimento em equipamentos e serviços públicos, quer pela reabilitação dos núcleos das freguesias ou, ainda, pela disponibilização de parcerias com vista à promoção social nas diversas localidades, o Município deverá estruturar medidas concretas para combater a desertificação e o êxodo para os grandes centros urbanos. Neste aspeto, há que dotar as freguesias de estruturas e espaços onde se possa desenvolver o empreendedorismo, a formação de pequenos negócios, o acesso a meios de comunicação e informação tecnológicos e, principalmente, motivar a juventude desses locais a aprender e a crescer profissionalmente.

Desta forma, constituem-se como OE associados ao presente eixo de intervenção:

- OE11. Apostar na requalificação profissional focada nas áreas estratégicas da economia local.
- OE12. Criar condições de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego.
- OE13. Promover a dinamização comunitária e a cidadania nas comunidades mais desfavorecidas.
- OE14. Atenuar as assimetrias locais na distribuição de equipamentos e serviços públicos de proximidade e promover a sua utilização racional.
- OE15. Promover ações de reabilitação urbana e de dinamização socioeconómica nos aglomerados em espaço rural.

1.3.4. Eixo 4 – Valorizar integradamente o património cultural e natural e as redes de visitação

O concelho dispõe de um património natural e cultural de valor incalculável, expresso no conjunto notável e diversificado de áreas e elementos naturais classificados, nas paisagens naturais e culturais singulares, no património arquitetónico classificado, na história e nas tradições e nas variadas atividades culturais e recreativas.

A existência de um conjunto diversificado de museus é o testemunho material da herança histórica que se sente na Ribeira Grande, espelhando-se também numa grande diversidade de atividades culturais, com destaque para as várias festividades, religiosas e profanas, que demonstram a dimensão imaterial da cultura ribeira-grandense.

Esta diversidade cultural tem de ser aproveitada para potenciar o concelho, dando motivação para a dinamização dos equipamentos existentes, principalmente o Tetro Ribeiragrandense e o Centro de Arte Contemporânea. No primeiro caso identificaram-se um conjunto de atividades que se sobrepõem ao carácter cultural do edifício, situação potenciadora de conflitos de uso que deve merecer uma atenção especial. No segundo caso, em fase de abertura ao público, o Centro de Arte Contemporânea afirma-se como elemento diferenciador da oferta cultural do concelho, dando abertura a novas e distintas formas de expressão cultural.

Todavia, a oferta cultural da Ribeira Grande não se deve esgotar aqui. A concretização de novos equipamentos, como o Museu da Aviação e a Casa das Cavalhadas, serão fundamentais para a afirmação cultural do município.

Para além dos elementos existentes, que devem ser potenciados na ótica da visitação em rede, sendo necessário a integração destes elementos num conjunto de roteiros históricos da cidade, destaca-se uma quantidade significativa de património arquitetónico no concelho que se encontra subaproveitado e, em alguns casos, em avançado estado de degradação. Elementos como os moinhos de água e as antigas fábricas de chá, para além de algum património industrial abandonado, são património chave para a definição de um conjunto de rotas e percursos de visitação, que permitem preservar e transmitir as tradições do concelho aos seus cidadãos, aos turistas e visitantes.

No mesmo âmbito surge a arquitetura micalense, representativa do estilo arquitetónico adotado em São Miguel. É na Ribeira Grande que mais se faz notar a existência de edifícios com estas características. A preservação dos edifícios com os elementos representativos deste estilo é fundamental para a manutenção do espólio cultural da ilha de São Miguel e do concelho da Ribeira Grande. A dinamização de uma rota da arquitetura micalense promove a responsabilidade de valorizar esses edifícios e criar novas áreas de interesse para a visitação do concelho.

Ao nível do património natural, a Ribeira Grande possui um conjunto de elementos naturais e paisagísticos notáveis a que se associam atividades como o vulcanismo, o termalismo, as praias, os desportos náuticos e náutica de recreio, o pedestrianismo e manifestações culturais. São atividades que carecem de uma abordagem integrada que as possa potenciar.

No sentido de aproveitar as potencialidades do património natural, a CMRG definiu um conjunto de quatro trilhos, de carácter lúdico, que dão a conhecer o concelho e permitem o usufruto da paisagem natural do concelho. Contudo, estes não se encontram integrados numa rede contínua. Importa salientar que é possível a definição de uma rede de mobilidade suave, que potencie as zonas de baixo declive e os valores naturais e paisagísticos existentes no território, permitindo a articulação entre os diversos pontos de interesse do concelho e os aglomerados urbanos.

Apesar da existência de áreas de proteção, os sistemas naturais do concelho são bastante frágeis, estando expostos a inúmeras ameaças. Os habitats naturais estão presentes em áreas muito reduzidas e apresentam problemas ao nível das espécies exóticas invasoras e pressão humana. Estas questões devem ser tratadas com prioridade, de forma a salvaguardar as espécies autóctones e a integridade da paisagem. A extensão das pastagens e o conflito entre a agropecuária intensiva e os sistemas naturais são aspetos a acautelar. A transformação dos terrenos de cultivo em prados e pastagens tem modificado a paisagem da ilha e do concelho, com impactos ambientais negativos nos aquíferos, bacias hidrográficas e lagoas.

Face ao exposto, constituem-se como OE associados ao presente eixo de intervenção:

- OE16. Promover a valorização, a redescoberta e a articulação em rede do património histórico-cultural municipal.
- OE17. Consolidar a rede museológica municipal e os equipamentos culturais do concelho.
- OE18. Assegurar uma maior integração territorial através da articulação entre as redes de mobilidade suave e o património.
- OE19. Compatibilizar os diferentes usos do território e proteger os valores naturais.
- OE20. Salvaguardar os sistemas litorais e qualificar as áreas balneares, de recreio e lazer.

1.3.5. Eixo 5 – Desenvolver localmente o turismo e o lazer

O turismo é um setor emergente com grande potencial de crescimento, sendo uma atividade exportadora capaz de gerar riqueza e emprego e de dinamizar um conjunto de atividades económicas complementares. O desenvolvimento do turismo e do lazer é fulcral para dotar o território de novas dinâmicas populacionais e de geração de riqueza, necessária ao desenvolvimento de outras atividades conexas, como o comércio e serviços e, deste modo, para a melhoria das condições de vida da população local. Desta forma, importa considerar o turismo e o lazer como peças essenciais da estratégia da Ribeira Grande.

Nesta vertente, os Açores possuem um património natural, paisagístico e cultural único, que constituem a sua marca distintiva no mercado turístico, sendo hoje um destino reconhecido internacionalmente ao nível do turismo de natureza e cultural, do turismo rural, do turismo náutico e dos cruzeiros. O património natural e cultural é, portanto, o principal recurso turístico que urge preservar e potenciar.

Assumindo que o turismo é um vetor fundamental na dinâmica económica da Região, é necessário que o concelho da Ribeira Grande esteja preparado para se assumir como um ponto importante de estada e de visitação dos Açores. Assim, é necessário dignificar a imagem do concelho, criando espaços de receção atrativos, potenciando os seus recursos endógenos e diferenciando a oferta face aos concelhos concorrentes.

A valorização do património natural e cultural, tratada no ponto anterior, e a reabilitação da cidade da Ribeira Grande são fundamentais para o desenvolvimento local do turismo e do lazer. Existem diversas oportunidades no concelho da Ribeira Grande, algumas identificadas pela CMRG como prioritárias, que podem ser aproveitadas para diversificar o produto turístico e potenciar a experiência de visitação do concelho.

As infraestruturas turísticas na Ribeira Grande são bastante débeis, não estando preparadas para um possível aumento significativo da procura turística no arquipélago e na ilha de São Miguel. A CMRG identifica um conjunto reduzido de alojamentos locais e turísticos no concelho e um parque de campismo, incapazes de concorrer com a oferta existente noutros concelhos, mais propriamente em Ponta Delgada, que absorve a maioria dos turistas em São Miguel. A resolução das carências ao nível das infraestruturas e dos serviços turísticos é uma prioridade que importa resolver de forma responsável e sustentável.

Outra problemática prende-se com os efeitos da sazonalidade, que podem vir a ser colmatados com novas e melhores ofertas turísticas, mas também pela promoção provocada pela abertura do espaç o aéreo a companhias de aviação de baixo custo que começ o a operar para os Açores. Nesse âmbito, importa reforçar, mais uma vez, a necessidade do concelho da Ribeira Grande estar preparado para a possibilidade do aumento do fluxo turístico na ilha.

O concelho é rico em património cultural e natural, mas não se identificam outras ofertas que o possam diferenciar num destino tão segmentado como os Açores. Neste contexto, surgem algumas propostas no sentido de colmatar esta debilidade, sendo clara a necessidade de se concretizar iniciativas capazes de oferecer atividades lúdicas e de lazer aos visitantes, tais como o termalismo, a náutica de recreio, o surf, o mergulho e a aeronáutica.

Para que o potencial patrimonial e natural seja plenamente explorado, não basta só integra-lo em rede, é preciso, também, criar uma oferta diversificada e complementar de serviços, alguns deles partilhados, e haver disponibilidade de recursos humanos qualificados. A criação de um serviço de apoio ao desenvolvimento do turismo no concelho da Ribeira Grande é uma necessidade, atuando em áreas de apoio ao desenvolvimento de projetos turísticos, formação profissional, dinamização e promoção do produto turístico Ribeira Grande e receção de turistas.

Este eixo procura direcionar o concelho para o crescimento turístico, fazendo uma qualificação do seu território, o que acaba por beneficiar em primeiro lugar a população local. A melhoria da imagem transmitida pelo concelho é fundamental e, nesse contexto, é importante fazer um investimento prudente em pontos-chave. A existência de um espaço ícone, que afirme a identidade do concelho, que seja uma montra global dos produtos locais será benéfica, sendo aí o primeiro contato do visitante com a realidade do município e das ofertas que este dispõe.

Depois desta análise sintética, é evidente que a Ribeira Grande necessita de adequar a sua oferta de serviços e infraestruturas de apoio ao turismo, ao mesmo tempo que procura valorizar o seu património e atrair mais visitantes ao concelho. Esta melhoria da oferta de serviços e infraestruturas de apoio deve basear-se no desenvolvimento de três vetores fundamentais: promoção, oferta e alojamento.

A partir destes três vetores constituem-se os OE associados ao presente eixo de intervenção:

- OE21. Definição de mecanismos e serviços de desenvolvimento do turismo do concelho, que articulem estrategicamente os principais vetores de atração turística.
- OE22. Qualificar e dinamizar infraestruturas de grande potencial turístico e de valor para o concelho.
- OE23. Agilizar a receção aos turistas e visitantes e a divulgação da oferta disponível.
- OE24. Beneficiar e criar estruturas de apoio ao lazer e ao turismo.

1.3.6. Eixo 6 – Promover a sustentabilidade ambiental

O diagnóstico previamente realizado aponta algumas debilidades do concelho ao nível da sustentabilidade ambiental. As questões direcionadas para a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores de atividade, com especial atenção para o incremento da eficiência energética e para a melhoria da mobilidade urbana, assim como as questões relacionadas com a proteção ambiental e promoção da eficiência na utilização dos recursos, assumem uma grande importância na visão definida para a RAA, enquadrada no novo ciclo de programação do financiamento comunitário para 2014-2020.

Cabe a cada município a racionalização dos recursos energéticos na sua gestão, sendo que, para tal, deverá integrar na sua estratégia de desenvolvimento um modelo energético baseado na conjugação entre a adoção de medidas de eficiência energética e a utilização de energia proveniente de fontes endógenas renováveis (eólica, geotérmica e hídrica).

Neste âmbito, o município da Ribeira Grande deve adotar medidas que visem melhorar a eficiência energética, nomeadamente ao nível da iluminação pública e equipamentos e edifícios públicos, procurando implementar soluções de poupança energética que ajudem a diminuir a sua fatura energética. Deve existir, ainda, a preocupação de potenciar a produção e distribuição de energias renováveis, aproveitando as características endógenas do concelho, diminuindo a dependência energética externa, como é o caso da geotermia.

A preservação dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental e a preservação de riscos é outro objetivo prioritário deste novo quadro de apoios no horizonte 2020. Este âmbito é relevante para a região, caracterizada pelo elevado nível de qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais. Ao nível do concelho da Ribeira Grande as questões do saneamento ambiental devem ser uma preocupação, isto porque o concelho denota insuficiências ao nível da cobertura territorial da rede de águas residuais, acabando por se refletir na qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Identificam-se problemas de contaminação e poluição da água na ribeira Grande e na ribeira Seca. No caso da ribeira Grande, a capacidade de autodepuração do meio é insuficiente face às cargas brutas de origem pecuária. Já a ribeira Seca, cuja qualidade de água é inferior à da ribeira Grande, possui problemas relacionados com poluentes agrícolas (amónia), condutividade elétrica, metais (manganês e ferro). Neste âmbito, importa melhorar a qualidade das águas e diminuir os focos poluentes para preservar e potenciar os sistemas naturais diretamente relacionados com o ciclo da água.

No âmbito da mobilidade urbana, importa destacar a dependência do automóvel, tanto a nível interno como nas relações entre a Ribeira Grande e os concelhos envolventes, sendo o transporte coletivo pouco utilizado. A rede viária urbana, que permite a distribuição e o acesso local, apresenta lacunas ao nível da sua morfologia/estrutura e das suas características físicas. Na rede viária de algumas freguesias sobressaem as vias sem saída, que criam entraves à circulação viária no interior dos aglomerados urbanos. Relativamente às características da rede

viária, evidencia-se a percentagem elevada de vias em mau estado de conservação. Por fim, importa ainda referir que, nas zonas consolidadas dos núcleos urbanos, as vias possuem, maioritariamente, perfis estreitos. O espaço dedicado ao peão é reduzido e, em alguns casos, inexistente, sendo usualmente utilizado para estacionamento.

A mobilidade suave no concelho da Ribeira Grande é uma questão prioritária. Nos últimos anos tem-se assistido à diminuição da população que se desloca a pé nos trajetos diários. A bicicleta é uma forma de deslocação pouco utilizada, sendo que ao nível de infraestruturas dedicadas não se identifica qualquer rede ciclável, apenas a existência de uma ciclovia destinada essencialmente ao lazer. Ao nível do lazer também se identificam um conjunto de trilhos pedonais que permitem a observação e usufruto do património natural.

Com base nesta análise, definiu-se o presente eixo de intervenção, centrado na resolução dos principais problemas encontrados e na potenciação das estruturas existentes, procurando melhorar as condições de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, este eixo é transversal a várias temáticas – eficiência energética, mobilidade urbana e qualidade ambiental – que devem ser encaradas como vetores estratégicos, que permitem melhorar a vida da população e as condições para o desenvolvimento económico do concelho.

Daqui decorre o conjunto de OE associado a este eixo de intervenção:

- OE25. Apoiar a utilização sustentável das fontes de energia, em especial a geotermia.
- OE26. Promover a eficiência energética ao nível dos equipamentos públicos e iluminação pública e os sistemas inteligentes de energia.
- OE27. Estimular a mobilidade sustentável no concelho.
- OE28. Eliminar os focos de poluição do sistema hídrico.
- OE29. Promover a melhoria da rede de saneamento básico e de abastecimento de água.

1.4. Esquema Territorial

O povoamento da Ilha de São Miguel e, por consequência, do concelho da Ribeira Grande, segue uma estrutura de povoamento típica nas ilhas do arquipélago, muito ligada à sua génese vulcânica, que resulta num relevo movimentado caracterizado por zonas muito declivosas junto aos cones vulcânicos que se estendem através de pendentes (lombas), mais ou menos suaves, até à costa. Esta orografia e a dependência do mar, uma importante fonte de recursos para a subsistência das comunidades e um importante meio de comunicação constituíram os dois principais fatores de estruturação do povoamento nas ilhas açorianas e de disposição das atividades produtivas.

Estes fatores conduziram a um processo histórico de colonização das zonas costeiras, que facultavam portos de abrigo, onde se instalaram os primeiros assentamentos urbanos. Com a evolução da ocupação urbana litoral, normalmente vertebrada por uma via de circunvalação, forma-se um sistema urbano polarizado por um aglomerado principal (e.g. Ponta Delgada) em torno do qual gravita um conjunto de centros urbanos complementares e estruturantes (e.g. Ribeira Grande e Lagoa) e um conjunto de pequenos núcleos urbanos em meio rural (e.g. Lomba da Maia), mais ligados às atividades mais tradicionais.

A ocupação e as atividades humanas normalmente estendem-se por plataformas até altitudes não superiores a 350 metros. É nesta faixa que ocorrem os povoamentos lineares que acompanham as vias (estradas e caminhos) de atravessamento (e.g. Conceição, Fenais da Ajuda) e onde se localizam os solos mais produtivos e as pastagens onde se instalam as explorações agrícolas e agropecuárias. A partir daqui as condições são mais agrestes, com um relevo mais acidentado e condições climáticas que condicionam a agricultura, dominando os matos e a floresta de proteção e, já pontualmente, as pastagens que vão substituindo a vegetação autóctone.

Em síntese, o modelo de povoamento da ilha de São Miguel assenta em padrões de ocupação e de urbanização diversificados, com densidades de ocupação também distintas consoante a topografia é mais ou menos favorável à expansão urbana. Enquanto os concelhos da Povoação e Nordeste apresentam áreas urbanas mais limitadas e com maiores densidades, em resultando das condicionantes físicas, já os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (principalmente os três primeiros) apresentam áreas urbanas consolidadas e de expansão mais significativas, por vezes de baixa densidade, a que se associam também áreas industriais e logísticas também relevantes. Um traço comum a todos os concelhos são os pequenos aglomerados disseminados e que tendem a assumir configurações lineares estruturadas pelas vias de comunicação

A figura seguinte, que corresponde a uma adaptação dos modelos de povoamento constantes do PROTA, elucida esquematicamente a realidade insular, aplicável à Ilha de São Miguel e ao concelho da Ribeira Grande (Figura 11).

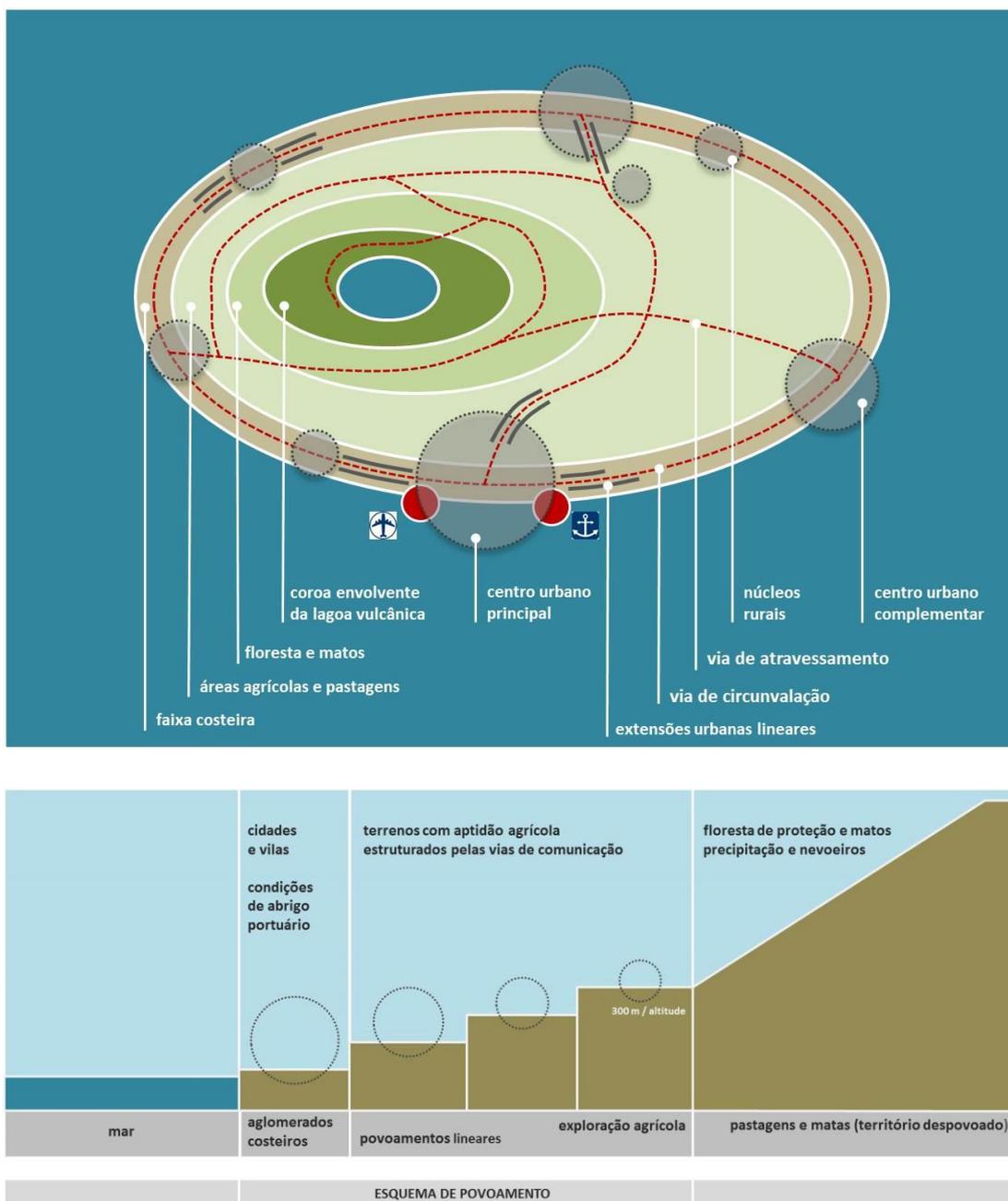


Figura 11. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha)

Fonte: SPI

Dados: adaptado do PROTA – Sistema urbano-rural, Governo Regional, 2010

O concelho de Ribeira Grande possui uma posição de charneira na ilha de São Miguel, estabelecendo ligações territoriais com todos os outros concelhos da Ilha e possuindo relações muito fortes com Ponta Delgada e Lagoa. Esta localização geográfica privilegiada do concelho, associada à concentração de recursos naturais, à morfologia e às acessibilidades, determinaram, em grande parte, a forma e a função do povoamento e da instalação de atividades económicas, como antes expresso.

A população residente no concelho adaptou-se às especificidades de cada localidade e evoluiu consoante as oportunidades e o crescimento económico do concelho e da própria

ilha. É evidente a existência de uma harmonia ao longo do território do concelho consoante as características do relevo e das potencialidades económicas que a população retira das localidades. As características próprias do concelho da Ribeira Grande refletem ocupações do território distintas, resultando em três zonas territoriais com características diferenciadas.

A 'zona nascente', composta pelas freguesias de Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Maia, é, marcada por um relevo alto e no cimo suficientemente plano, constituindo bacias com condições excecionais para a exploração da agropecuária, configurando bacias leiteiras de grande potencialidade. A 'zona centro-cidade', onde se situa a cidade de Ribeira Grande, sede de concelho e núcleo urbano estruturante, que beneficia da localização central em relação ao restante território concelhio e à ilha de São Miguel. E, por fim, a 'zona poente', que integra as três freguesias mais a oeste do concelho, desde Rabo de Peixe e terminando a sudoeste no Pico da Pedra, predominantemente industriais, que beneficiam da proximidade ao concelho de Ponta Delgada.

Com o presente esquema territorial, que respeita o modelo territorial implícito, pretende-se contribuir para a correção de algumas disfunções hoje existentes no território e para a criação de melhores condições territoriais e urbanas: reafirmando e potenciando o sistema urbano, tendo sempre implícitas as características do sítio; preservando os valores naturais, culturais e paisagísticos, produtores de riqueza; valorizando o mar e a orla costeira; reordenando o sistema industrial; e otimizando o sistema e as infraestruturas de transportes.

Assim, o presente esquema territorial reflete as orientações estratégicas de base territorial que estão implícitas na Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho descrita nos pontos antecedentes, adotando uma linguagem esquemática, logo, indicativa. Como tal, não se pretende substituir aos instrumentos de gestão territorial que, nas suas diferentes naturezas e escalas de abordagem, determinam o modelo de ordenamento do território e as condições de uso, ocupação e transformação do solo, bem como, já a um nível urbano, mais detalhado, a estruturação do desenvolvimento urbano e da forma urbana.

Trata-se, portanto, de um esquema estratégico de referência, que procura refletir as principais linhas estratégicas de desenvolvimento do território de Ribeira Grande, tendo ciente:

- O **sistema ambiental**, determinado, no seu conjunto, pelas condicionantes biofísicas do território; pelos valores e recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais, consubstanciados nas áreas e elementos relevantes do património natural e cultural; e pelo complexo agrícola e agropecuário. É um sistema dinâmico e contínuo, através do qual se estabelecem os fluxos e as continuidades ecológicas e que coabita, de uma forma nem sempre equilibrada, com as atividades humanas. Neste sistema destacam-se a Reserva Natural da Lagoa do Fogo, a Serra de Água de Pau e o Monumento Natural de Caldeira Velha. Ganham expressão no território os percursos e rotas de valorização do património natural e cultural, representadas esquematicamente através de numa rede de corredores e de eixos de ligação.

- O **sistema urbano**, composto por dois subsistemas urbanos, com características e dinâmicas muito distintas: o 'eixo urbano-rural nascente', caracterizado por um território vincadamente rural e de baixa densidade urbana, que integra cerca de 20% da população concelhia, contendo uma tendência demográfica regressiva; e o 'eixo urbano centro-poente', um território marcadamente urbano, que agrupa a cidade da Ribeira Grande, os dois centros urbanos complementares (Rabo de Peixe e Pico da Pedra) e a Calheta. Este eixo urbano concentra cerca de 80% da população ribeirão-grandense e a maior parte das funções urbanas e industriais.
- O **sistema económico**, assente nas três principais atividades económicas do concelho: a agricultura, a pesca e a indústria. O setor industrial, que apesar de se encontrar um pouco disseminado por todo o concelho, tem preponderância nas zonas 'centro-cidade e poente'. Aqui existem zonas industriais, que beneficiam das ligações ao concelho de Ponta Delgada. O setor agrícola e agropecuário tem especial destaque na zona nascente do concelho, onde se localiza a bacia leiteira da Maia e da Lomba da Maia. E o setor das pescas, assente nos portos existentes ao longo da orla costeira, com especial destaque para o Porto de Rabo de Peixe.
- O **sistema de mobilidade**, vertebrado fisicamente pela rede rodoviária regional e municipal, que estrutura o território e a ocupação urbana, que determina as relações funcionais que se estabelecem entre os diferentes núcleos populacionais. Trata-se de um sistema que integra outras variáveis igualmente importantes, não representáveis a esta escala, como as redes de transportes (ligações e equipamentos), de estacionamento e de mobilidade suave.

Tendo por base estes pressupostos, o esquema territorial aqui apresentado pretende oferecer uma leitura sinótica, direta e simples das principais opções estratégicas de base territorial adotadas, segundo uma visão sistémica e integrada do território de Ribeira Grande.

O esquema territorial que se apresenta (Figura 12), salientando, mais uma vez, que é um produto da Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho exposta nos pontos anteriores, reflete as seguintes orientações estratégicas (OE) de base territorial:

- OET1. Assegurar a integridade das áreas e valores do património natural e paisagístico notável e do complexo agrícola – atenuando o impacto dos usos e atividades lesivos (a indústria extrativa e a agropecuária) – e preservar as continuidades ecológicas nas grandes unidades de paisagem.
- OET2. Promover uma maior integração das áreas naturais e agrícolas e destas com os aglomerados urbanos, compatibilizando e potenciando as atividades humanas e económicas que nelas se desenvolvem, e desenvolvendo a sua fruição através da criação de uma rede de mobilidade suave e de áreas e equipamentos de lazer nela apoiados.

- OET3. Valorizar o património histórico e cultural notável, através da beneficiação dos conjuntos e elementos arquitetónicos e arqueológicos e da sua ligação através de rotas turísticas e de visitação locais. Com especial destaque para o património construído, que pontua a cidade de Ribeira Grande, o património natural, associado às áreas classificadas da Lagoa do Fogo e Caldeira Velha e o Parque Natural de São Miguel, e ao património cultural inerente à história e costumes ribeira-grandenses, como é o caso das produções de chá.
- OET4. Proteger e valorizar a orla costeira, voltando os núcleos urbanos para a sua frente mar, de modo a tirar partido das potencialidades existentes. Estabelecer um corredor marítimo, materializado em percursos ciclo-pedonais e espaços de recreio e lazer, que articule e conecte os aglomerados urbanos e incentive a apropriação e usufruto do frente marítima por parte da população.
- OET5. Reforçar o papel da cidade de Ribeira Grande como o principal polo aglutinador e dinamizador do sistema urbano concelhio, dotando-a de condições urbanísticas e ambientais de exceção, que valorizem o seu papel de capitalidade municipal e permitam estabelecer uma forte articulação entre o eixo urbano-rural nascente e o eixo urbano central-poente. Fortalecer o papel da cidade de Ribeira Grande no sistema urbano da ilha de São Miguel, assumindo-se como centro estruturante regional.
- OET6. Encarar Porto Formoso como núcleo de potencial turístico, através da dinamização e diversificação das atividades associadas ao porto marítimo existente, adaptando e potenciando o núcleo para uma vertente de turismo de recreio náutico e de sol e mar. Promover a ligação de Porto Formoso às rotas de natureza e culturais a desenvolver no concelho.
- OET7. Reforçar o eixo urbano-rural nascente, através da criação de infraestruturas e serviços que sirvam de apoio à população, de modo a inverter a tendência de declínio demográfico, e de suporte às das atividades agrícolas e agropecuárias existentes.
- OET8. Fortalecer o setor industrial no concelho de Ribeira Grande, concentrando estas atividades no eixo urbano central-poente, através do reordenamento industrial e da potenciação e modernização das zonas industriais e logísticas, tirando partido das acessibilidades existentes e da proximidade ao concelho de Ponta Delgada.
- OET9. Fortalecer e consolidar o setor agropecuário, mais especificamente a bacia leiteira da Maia, da Lomba da Maia e de Fenais da Ajuda, através da melhoria das condições infraestruturais e do reforço das ligações ao setor industrial.
- OET10. Reforçar o núcleo de Rabo de Peixe como o principal polo piscatório do concelho e da Ilha de São Miguel, onde se concentraram as atividades ligadas à economia do mar, que deverão ser dinamizadas e diversificadas.

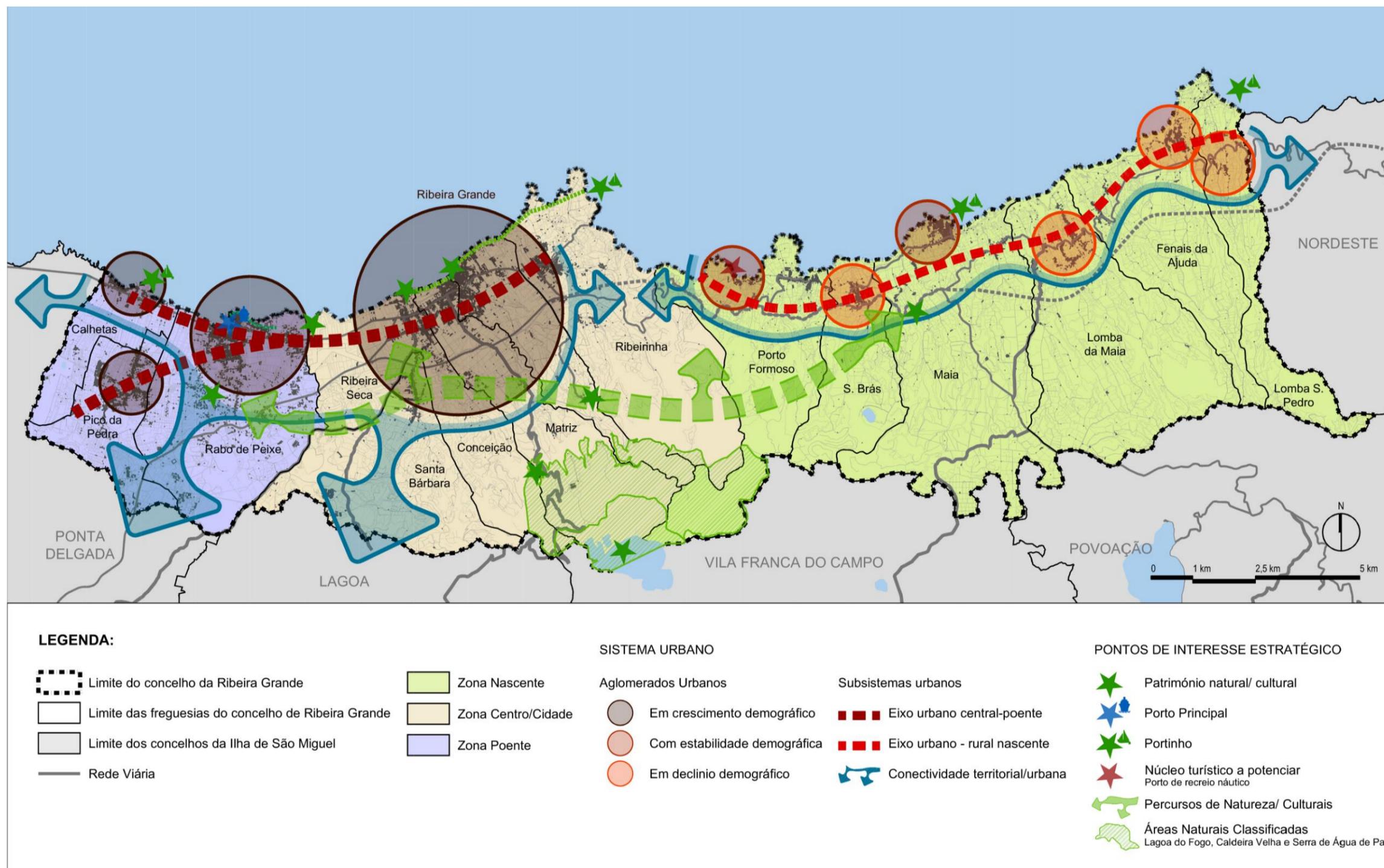


Figura 12. Esquema Territorial.
Fonte: SPI

1.5. Projetos Estruturantes

A estratégia concretiza-se através de um conjunto de projetos estruturantes que, pela sua natureza, são catalisadores de novas dinâmicas de transformação do território. Os projetos estruturantes, ao agirem de uma forma integrada sobre vários planos de intervenção, evidenciam-se pela sua capacidade de alavancar o desenvolvimento e impulsionar um efetivo processo de dinamização do tecido económico e social e de requalificação urbana e ambiental. De igual modo, podem induzir o desenvolvimento e concretização de outras medidas e/ou ações que surjam da replicação dos seus efeitos, segundo um processo comumente denominado de 'contaminação positiva'.

Importa sublinhar que os projetos estruturantes, muito embora se organizem por eixo estratégico de intervenção, considerando a sua importância para a concretização dos OE associados a esse eixo, têm também, na maioria dos casos, pela sua transversalidade, um impacto indireto na concretização dos OE associados aos outros eixos de intervenção.

Com este escopo, propõe-se a concretização de um total de 31 projetos estruturantes, que correspondem a diferentes propostas de intervenção (Tabela 4).

Tabela 4. Esquematização da Estratégia Territorial e Operacional da Ribeira Grande (Visão, Eixos e Projetos Estruturantes)
Fonte: SPI

Visão	RIBEIRA GRANDE UMA FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO E DE CRIAÇÃO DE VALOR					
Eixos Estratégicos	1. Apoiar o desenvolvimento industrial, a fileira agropecuária e a economia do mar	2. Consolidar a cidade como principal e renovado centro e valorizar o policentrismo urbano	3. Assegurar a coesão territorial e social	4. Valorizar integralmente o património cultural e natural e as redes de visitação	5. Desenvolver localmente o turismo e o lazer	6. Promover a sustentabilidade ambiental
Projetos Estruturantes	<p>PE1. RG. Indústria - Reordenamento industrial, potenciação e modernização das zonas industriais e criação do Centro Logístico do concelho da Ribeira Grande.</p>	<p>PE6. Frente de Mar da cidade da Ribeira Grande.</p> <p>PE7. ARU – cidade da Ribeira Grande, vila de Rabo de Peixe e Pico da Pedra.</p>	<p>PE12. Requalifica/Reativa – Formação de recursos humanos e ensino de competências básicas a adultos; estágios de inserção profissional e apoio à contratação pós-estágio.</p>	<p>PE16. Rotas e Percursos da Ribeira Grande – Rotas dos Moinhos de Água, do Chá, da Arquitetura e Percursos Religiosos, da Arquitetura Micaelense e rede de trilhos da natureza.</p>	<p>PE21. 'Welcome Center' da Ribeira Grande.</p> <p>PE22. Porto Formoso – Um polo turístico local de excelência.</p>	<p>PE27. Rede de fornecimento de calor geotérmico da Ribeira Grande.</p> <p>PE28. Centro de Interpretação da Geotermia da Ribeira Grande.</p>
	<p>PE2. Desenvolvimento das condições infraestruturais das explorações agropecuárias do concelho da Ribeira Grande.</p>	<p>PE8. PUSI – cidade da Ribeira Grande e vila de Rabo de Peixe.</p>	<p>PE13. Fundo de Empreendedorismo Social – apoio ao empreendedorismo e voluntariado social no concelho.</p>	<p>P17. Ribeira Grande – Um polo cultural vivo (Teatro Ribergandense, Museu da Aviação, Centro de Arte Contemporânea dos Açores, Casa das Cavalhadas ...).</p>	<p>PE23. Valorização do Termalismo - Antigo Balneário Termal das Caldeiras e novas Piscinas Termas da Ribeira Grande.</p>	<p>PE29. Programa de eficiência energética dos equipamentos e infraestruturas públicas.</p>
	<p>PE3. RG.Mar - Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar em Pequena Escala.</p>	<p>PE9. Parque Verde Urbano e 'Porta Poente' da cidade da Ribeira Grande.</p>	<p>PE14. Fundo de Solidariedade e Emergência Social.</p>	<p>PE18. Plano de sinalética do concelho da Ribeira Grande.</p>	<p>PE24. Aeródromo de Santana.</p>	<p>PE30. + Mobilidade – Plano de mobilidade urbana sustentável.</p>
	<p>PE4. Centro de interpretação da agricultura da Ilha de São Miguel.</p>	<p>PE10. Rabo de Peixe - Requalificação da Praça Central e da envolvente ao campo de futebol e complexo industrial.</p>	<p>PE15. +Próximo – Requalificação do espaço público, equipamentos e serviços de proximidade e criação de polos de apoio ao empreendedorismo local.</p>	<p>PE19. +Paisagem – Requalificação e valorização do património natural e paisagístico.</p>	<p>PE25. RG.Acomodar – EcoParque de Campismo da Ribeira Grande, EcoResort da Lagoa do Fogo e Rede de Alojamento Local.</p>	<p>PE31. + Ambiente - Valorização dos recursos hídricos e saneamento ambiental.</p>
	<p>PE5. Escola Agrícola da Ribeira Grande.</p>	<p>PE11. Centro de Empreendedorismo do concelho da Ribeira Grande.</p>		<p>PE20. +Litoral – Requalificação e valorização do litoral.</p>	<p>PE26. Plano e Agência Local para o Desenvolvimento Turístico da Ribeira Grande.</p>	

1.6. Financiamento comunitário

As exigências para concretizar o Plano de Ação antes descrito, em termos de investimento, são elevadas, pelo que a aplicação eficaz do financiamento comunitário desempenhará, nos próximos anos, um papel determinante no desenvolvimento do concelho e da Região.

O PO dos Açores apresenta uma dotação financeira global de fundos comunitários, para 2014-2020, de mais de 1,1 mil milhões de euros (FEDER e FSE), valor ao qual acresce os fundos relativos às Pescas/Mar e à Agricultura. Se for adicionado a este montante o esforço financeiro da responsabilidade dos beneficiários regionais no complemento do financiamento dos projetos, poder-se-á atingir, em 2020, um investimento global de perto de 1,4 mil milhões de euros, um valor muito significativo de investimento na Região e que certamente a colocará num novo e melhor patamar de desenvolvimento.

Como a própria EE2020 exige, o PO dos Açores define eixos prioritários de intervenção para aplicação do financiamento, já antes descritos, de forma a valorizar os fatores de diferenciação, especialização e de competitividade da RAA.

Trata-se de áreas relevantes onde a aplicação do financiamento comunitário ajudará a superar alguns dos problemas estruturais da Região. O Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), enquadrado no PO dos Açores, constitui um importante instrumento de apoio ao investimento na Região. Consagra 7 subsistemas de incentivos e apoio:

- Fomento da Base Económica de Exportação;
- Internacionalização;
- Urbanismo Sustentável Integrado;
- Qualificação e Inovação;
- Empreendedorismo Qualificado e Criativo;
- Desenvolvimento Local;
- Apoio à Eficiência Empresarial.

Estes subsistemas de incentivos focam os domínios concretos de intervenção, onde não deixa de merecer destaque o apoio à modernização do tecido económico e empresarial açoriano e à internacionalização das suas empresas, a aposta na inovação e valorização dos produtos locais; os incentivos à qualificação da população e ao empreendedorismo, bem como o investimento na valorização do território, quer na requalificação urbana e ambiental dos centros urbanos (urbanismo sustentável integrado), quer na melhoria das condições no espaço rural, com o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais.

Sendo o espaço rural e tudo que o envolve em termos socioeconómicos um aspeto particularmente relevante para os Açores, há que relevar a importância do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) e do seu objetivo central de fortalecimento do complexo agroflorestal numa perspetiva de desenvolvimento económico dos seus setores de atividade, continuando a modernização das explorações sem descurar a vertente de qualidade ambiental, relançando o investimento, nomeadamente na investigação e inovação orientada para a diferenciação de produtos e para o aumento da eficiência na produção e transformação (através, por exemplo, da utilização de energias renováveis), aumentando o valor acrescentado e substituindo as importações através do incremento da produção interna.

Em síntese, as possibilidades de financiamento estão definidas no âmbito regional (PO dos Açores e COMPETIR +) e nos programas operacionais temáticos de âmbito nacional (COMPETE 2020, Inclusão Social e Emprego, POSEUR, PRORURAL +), sendo que, excetuando o PRORURAL +, direcionado exclusivamente para os Açores, os restantes PO Temáticos só em casos muito particulares tem como alvo a RAA.

O PO dos Açores afigura-se como o principal instrumento de apoio ao financiamento de projetos no concelho da Ribeira Grande, havendo um grande correspondência entre os 31 PE definidos e 8 dos 13 eixos prioritários do POR dos Açores (Tabela 6). De realçar que só foram analisadas ações em que o investimento é de natureza pública ou público-privada, sendo os únicos em que o município terá responsabilidade de atuação.

Pelas características e debilidades do município existe um foco principal na melhoria e salvaguarda das condições ambientais e no aumento da eficiência dos recursos, existindo um conjunto maior de ações enquadradas neste âmbito. Contudo, não foram descuradas ações que permitam o crescimento económico e empresarial das empresas locais, com ações de desenvolvimento das atividades transformadoras e agropecuárias, assim como a definição de projetos de qualificação de pessoas e novas oportunidades de emprego.

Não obstante o alinhamento prioritário com o PO dos Açores, a estratégia delineada para o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande pode ser igualmente enquadrada no contexto dos Programas Operacionais de Cooperação Territorial em que Portugal participa.

Neste contexto, é de referir dois programas de cooperação transnacional – o Espaço Atlântico e o Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) – os únicos em que o Arquipélago dos Açores constitui uma região elegível.

O Programa Operacional do Espaço Atlântico dispõe de um orçamento total de 185 milhões de euros e abrange, para além do território português, a região Norte de Espanha, a costa ocidental da França e do Reino Unido, e a Irlanda. Embora mobilize objetivos e prioridades de investimento relacionados com a investigação, desenvolvimento e inovação, e a competitividade das empresas, o Programa Operacional do Espaço Atlântico prioriza explicitamente as questões ambientais. Neste contexto, estabelece prioridades específicas de investimento como:

- Promover as energias renováveis e a eficiência energética;
- Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental;
- Fortalecer sistemas de gestão de riscos;
- Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas;
- Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico.

Estes objetivos específicos revelam-se particularmente pertinentes para a dinamização dos projetos previstos nos Eixos Estratégicos 4, 5 e 6.

Já o MAC, ao abranger os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias (englobando igualmente Cabo Verde, Senegal e Mauritània), num total de 130 milhões de euros de orçamento disponível, apresenta um maior enfoque (comparativamente ao Programa Operacional do Espaço Atlântico) nas questões relacionadas com a investigação, desenvolvimento, inovação, competitividade, empreendedorismo e internacionalização de empresas. Além disso – e diferentemente do Espaço Atlântico – o MAC mobiliza o objetivo temático relacionado com a modernização da administração pública e serviços públicos. Finalmente – e tal como o Espaço Atlântico – o MAC também mobiliza objetivos e prioridades de investimento relacionados com as temáticas da sustentabilidade ambiental (sobretudo as ligadas às questões turísticas e patrimoniais) e, conseqüentemente, relevantes para a operacionalização dos Eixos Estratégicos 4, 5 e 6. Nesse sentido, destacam-se os seguintes objetivos específicos estabelecidos no âmbito do MAC:

- Aumentar a atratividade do património natural e cultural, em particular nas áreas de interesse turístico;
- Proteger e melhorar a conservação dos espaços naturais e da sua biodiversidade, em particular das áreas classificadas.

De destacar, também, a importância do PRORURAL + e das possibilidades de financiamento de alguns dos PE definidos. Apoios diretamente relacionados com a atividade agropecuária e agroflorestal, com preocupações ao nível das infraestruturas, da formação profissional, da proteção dos sistemas naturais e da potenciação das atividades turísticas.

Como última nota, importa referir que o Eixo 13 (Assistência Técnica) do PO dos Açores, pela sua especificidade e abrangência de ações englobadas no apoio, não foi contemplado na análise de enquadramento dos PE.

Tabela 5. Enquadramento dos Eixos Estratégicos e dos Projetos Estruturantes do Plano da Ribeira Grande no PO dos Açores
Fonte: SPI

Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional dos Açores 2020												
	Eixo Prioritário 1. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Eixo Prioritário 2. Melhorar o acesso às TIC's, bem como a sua Utilização e Qualidade	Eixo Prioritário 3. Competitividade das Empresas Regionais	Eixo Prioritário 4. Economia de Baixo Carbono	Eixo Prioritário 5. Alterações climáticas e prevenção e gestão de risco	Eixo Prioritário 6. Ambiente e eficiência dos recursos	Eixo Prioritário 7. Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas	Eixo Prioritário 8. Emprego e Mobilidade Laboral	Eixo Prioritário 9. Inclusão Social e Combate à Pobreza	Eixo Prioritário 10. Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	Eixo Prioritário 11. Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente	Eixo Prioritário 12. Alocação Específica para a Ultraperiferia
Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande	Eixo 1											
	PE. 1		3c									
	PE. 2											
	PE. 3											
	PE. 4											
	PE. 5									10a	10iv	
	Eixo. 2											
	PE. 6				5b	6e						
	PE. 7											
	PE. 8											
	PE. 9					6e						
	PE. 10					6e						
	PE. 11		3a									
	Eixo 3											
	PE. 12							8i		10iii		
	PE. 13								9v			
	PE. 14								9i	9iii		
	PE. 15		3a						9a			
	Eixo 4											
	PE. 16						6c	6d	6e			
	PE. 17							6c				
	PE. 18							6c				
	PE. 19						6b	6d				
	PE. 20				5b							
	Eixo 5											
	PE. 21						6e					
	PE. 22						6c					
	PE. 23						6c					
	PE. 24							7c				
	PE. 25											
	PE. 26						6c	6e				
Eixo 6												
PE. 27			4a	4c								
PE. 28						6c						
PE. 29			4c									
PE. 30			4e									
PE. 31						6b						

1.7. Orientações de governança

A concretização da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho da Ribeira Grande para 2014-2020 exige uma coordenação e gestão capazes de assegurar, no espaço e no tempo, uma adequada articulação dos agentes e das ações e uma utilização eficaz dos recursos de diferente natureza a mobilizar.

Com efeito, à ambição da proposta estratégica e operacional que aqui se apresenta, deve associar-se um modelo de governança que assegure a sua implementação eficaz, através de uma utilização coordenada dos diferentes instrumentos de gestão municipal, e de uma gestão eficiente, proactiva e partilhada, apoiada nas melhores práticas de gestão e comunicação.

A implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020 justifica, portanto, uma abordagem estratégica na definição de um contexto operacional que articule eficazmente as relações entre os diferentes atores investidos na sua implementação.

Desta forma, é fundamental estruturar um contexto operacional, identificando, concretamente:

- Os instrumentos de referência (estratégicos, regulamentares e operacionais) que acompanham a implementação da Estratégia para 2014-2020;
- O modelo organizacional, em matéria institucional, funcional e relacional.

Instrumentos de referência

Os instrumentos estratégicos, regulamentares, operacionais e financeiros do Município constituem peças determinantes para a implementação com sucesso da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020, na medida em que muitas das medidas, projetos e ações aqui consagrados estão dependentes de um adequado enquadramento nestes instrumentos municipais de diferente natureza, particularmente:

- Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal;
- Plano Estratégico da Ribeira Grande
- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Instrumentos próprios de reabilitação urbana.

Por seu turno, para além do trabalho de enquadramento da estratégia municipal com os vários documentos conhecidos do Portugal 2020, desenvolvido neste documento, há que manter um acompanhamento sistemático do conjunto de instrumentos regulamentares do financiamento comunitário que se espera venham a ser desenvolvidos e publicados a muito breve prazo, para além dos regulamentos atualmente a vigorar. Este enquadramento permanente é

fundamental para o sucesso da implementação da estratégia municipal, porquanto uma parte muito significativa do investimento a realizar está dependente de financiamento comunitário.

A articulação da implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020 com estes e com outros instrumentos de referência que se venham a revelar é, neste sentido, um aspeto que não se pode perder de vista.

Modelo organizacional

A adoção de um modelo organizacional orientado para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020, que promova uma articulação institucional, operacional e relacional eficaz, permitirá ao Município dotar-se das condições ideais para maximizar a eficácia da intervenção proposta, assegurando:

- A coordenação das ações/intervenções e a garantia da prossecução da visão;
- O rigor do processo de decisão e de gestão das intervenções;
- A diminuição dos custos associados a esse mesmo processo;
- A otimização dos resultados através da redução dos tempos necessários para a conclusão das operações, em favor dos agentes económicos e dos cidadãos.

Tal objetivo exigirá da parte do Município um grande esforço organizativo, no sentido de estabelecer uma “arquitetura” institucional baseada numa distribuição equilibrada e objetiva de responsabilidades e numa gestão partilhada que canalize os esforços segundo um objetivo comum, que é o de garantir a eficácia e o sucesso da implementação da Estratégia.

Para tal, será fundamental tirar partido das valências e das potencialidades de cada unidade orgânica municipal envolvida neste processo, cada qual com uma missão definida e tendo presente um conjunto de princípios fundamentais:

- Grande interação com os decisores políticos (linha aberta com os decisores);
- Autonomia na promoção e gestão das intervenções;
- Forte articulação com os diferentes atores institucionais;
- Comunicação ativa dos programas e iniciativas;
- Alocação dos recursos humanos, logísticos e financeiros indispensáveis.

O modelo organizacional é assim assumido como um dos pilares fundamentais para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020, materializada no conjunto de 31 projetos estruturantes de carácter estratégico propostos.

Para o efeito, o modelo organizacional que se sugere (Figura 13) assenta numa forte liderança do executivo municipal, naturalmente personificada no Senhor Presidente de Câmara, o seu responsável máximo, e numa gestão partilhada de competências, com uma forte interação de processos. Assim, o modelo organizacional alicerça-se em quatro pilares sob tutela político-administrativa do executivo municipal:

- Coordenação técnica estratégica;
- Departamentos municipais relevantes para a implementação;
- Conselho Estratégico Económico e Social;
- Conselho da Diáspora.

A coordenação técnica estratégica para a implementação da Estratégia pode corresponder a uma unidade orgânica do Município responsável pelo planeamento estratégico, competindo-lhe o acompanhamento e a gestão integrada da implementação do conjunto de projetos estruturantes, em estreito diálogo com o executivo municipal e em articulação direta com os vários departamentos técnicos do Município.

Dada a natureza e diversidade dos projetos propostos, que recaem sobre diferentes campos de intervenção, será fundamental que na implementação da Estratégia sejam diretamente envolvidas as unidades orgânicas nucleares da CMRG: Divisão de Gestão Administrativa e Financeira; Urbanismo e Planeamento; Obras Públicas e Trânsito; Ambiente, Serviços Urbanos e Equipamentos Municipais; Ação Social e Educação; e Cultura, Juventude e Desporto; futuras unidades orgânicas flexíveis de gestão das operações de reabilitação urbana.

O Conselho Estratégico Económico e Social será um órgão consultivo do Senhor Presidente de Câmara, onde estarão representados os atores socioeconómicos mais relevantes, locais e regionais, para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Concelho para 2014-2020. Pretende-se, desta forma, auscultar de uma forma permanente as forças vivas do concelho, de forma a aferir da situação económica e social do concelho na perspetiva das empresas e trabalhadores, analisar o impacto da aplicação dos projetos estruturantes e avaliar e propor medidas que se mostrem adequadas à resolução de questões relevantes que venham a ser identificadas.

O mesmo se passa com o Conselho da Diáspora, neste caso, procurando enquadrar os ribeirão-grandenses que se destacam profissionalmente e empresarialmente no estrangeiro, procurando, por esta via, obter aconselhamento e captar novos investimentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Ribeira Grande.

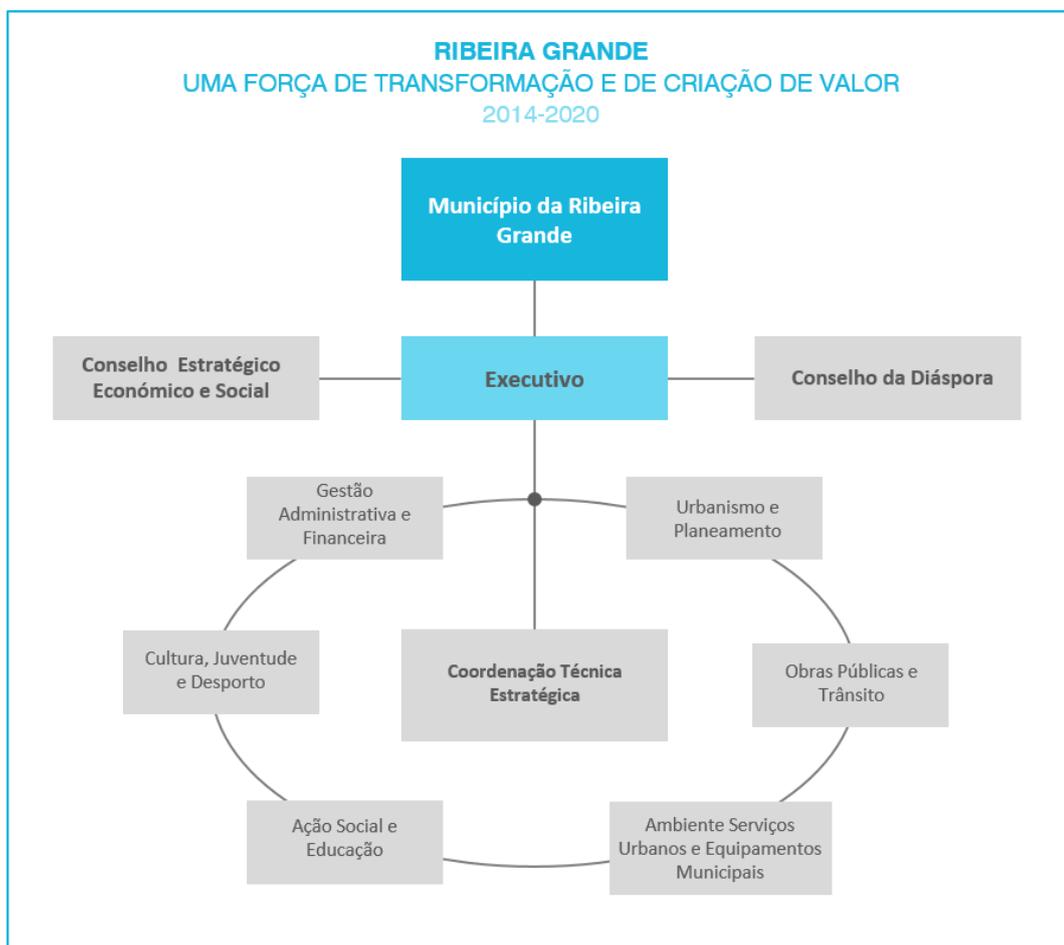


Figura 13. Proposta de modelo de organização.
 Fonte: SPI